

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciência Política - IPOL

Programa de Pós-graduação

Aluno: Francisco Cristiano Noronha Carvalho

**O crescimento do PT na Câmara dos
Deputados entre 1994 e 2002**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência Política como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em Ciência
Política.

Orientador: David V. Fleischer

Brasília, agosto de 2006

FRANCISCO CRISTIANO NORONHA CARVALHO

**O Crescimento da Bancada do PT na Câmara dos
Deputados entre 1994 e 2002**

Dissertação submetida ao
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília,
como parte dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

MEMBROS DA BANCA

Prof. David V. Fleischer, PhD (Orientador)

Prof. Carlos Marcos Batista, PhD

Profa. Wendy Hunter, PhD (Universidade do Texas)

Prof. Ricardo Warendorff Caldas, PhD (Suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

CARVALHO, FRANCISCO CRISTIANO NORONHA

O crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2002

112 fl., Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

1. Partidos Políticos - Dissertação
2. PT
3. Teoria Contingencial de Administração

Referência Bibliográfica

CARVALHO, FRANCISCO CRISTIANO NORONHA (2006). O CRESCIMENTO DA BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS ENTRE 1994 e 2002. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA. 110FL

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: FRANCISCO CRISTIANO NORONHA CARVALHO

AGRADECIMENTOS

Para chegar onde cheguei, contei com a ajuda de pessoas muito especiais.

Agradeço aos meus pais, Luiz Deus de Carvalho e Maria Terezinha Noronha Carvalho. À minha segunda mãe, minha irmã Maria Zilma Carvalho Noronha. E a todos os meus outros irmãos. Aos meus tios Murillo e Moema, pela oportunidade que me deram. À minha avó, Francisquinha. Aos meus grandes amigos do peito e irmãos caçula Thiago e Lucas. Ao meu primo Paulo Homem.

Aos amigos e grandes incentivadores D. Maria Eugênia e Dr. César Augusto.

Agradeço aos amigos da Arko Advice, empresa na qual trabalho há mais de 10 anos, especialmente ao Rômulo Castelo Branco Osório e Rildson Alves Moura. Agradeço aos meus amigos do Diap, especialmente Antonio Augusto.

Agradeço aos professores do Mestrado de Ciência Política da UnB, especialmente Paulo Kramer, Carlos Batista e Antonio Brussi. Ao professor de Sociologia da UnB, Arthur Costa.

Agradeço ao PT, especialmente aos deputados que responderam meu questionário. Agradeço ainda ao presidente do partido, Ricardo Berzoini, ao ministro Luiz Dulci e ao José Genoíno. Ao Athos Pereira, da liderança do PT na Câmara dos Deputados. Ao Rodrigo Abel.

Agradeço ao meu orientador, professor David Fleischer.

Por fim, com carinho muito especial, agradeço à minha linda mulher Catharina e ao meu filho que está chegando, Vitor. Amarei os dois para sempre.

RESUMO

A presente dissertação corresponde aos trabalhos de investigação realizados para alcançar o grau de Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política, da Universidade de Brasília.

A dissertação trata do crescimento da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2002 à luz da Teoria Contingencial de Administração.

Comumente este aumento é visto como consequência natural de outros fatores como, por exemplo, o carisma de seu maior líder, Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é mostrar que ele também é fruto de estratégias especialmente adotadas pelo partido para este fim.

Para desenvolvimento do trabalho foram feitas entrevistas estruturadas com deputados federais do PT da atual legislatura, pesquisa semi-estruturada com membros da Executiva Nacional do partido, além de pesquisa bibliográfica, documental, em revistas, jornais e periódicos.

ABSTRACT

The present dissertation corresponds to the investigative efforts to achieve the Master's Degree in Political Science by the University of Brasília's Political Science Institute.

The dissertation covers the growth of the Worker's Party's (PT) bench in the House of Representatives between 1994 and 2002 based on Contingencial Theory of Administration.

Usually the increase is seen as a natural consequence of others factors, such as, the charisma of the party's main leader, Luiz Inácio Lula da Silva. The objective is to show that this increase is also a product of strategies especially used to achieve this outcome.

In the development of the study, structured interviews with present PT's Federal Representatives and semi-structured researches with members of the party's National Executive were accomplished, along with bibliographical and documental researches in magazines and periodical newspapers.

Índice

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1.1 Introdução.....	9
1.2. Estrutura da Dissertação	13
1.3. Objetivo do Trabalho e Hipótese.....	15
1.4. Metodologia.....	19
1.5. Marco Teórico	22
1.5.1. Introdução	22
1.5.2. Teorias de Administração	24
2. CAPÍTULO 2 – PARTIDOS POLÍTICOS	35
2.1 Introdução.....	35
2.2 Definição	36
2.3 A origem dos partidos políticos.....	38
2.4 Os sistemas de Partidos	45
3. PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	48
3.1 Introdução.....	48
3.2 Império e Primeira República (1822-1930).....	48
3.3 Estado Novo (1930-1945)	49
3.4 Experiência Pluripartidária (1945-1965).....	49
3.5 O Bipartidarismo (1966-1979)	54
3.6 Novo Pluripartidarismo (1980-2006)	56
3.6.1 De 1980 a 1985.....	57
3.6.2 De 1985 até 2006	58
CAPÍTULO 4 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	60
4.1 Histórico do desempenho eleitoral do PT.....	61
4.1.1 Eleições presidenciais: 1989 a 2002	61
4.1.2 Eleições para governador: 1982 a 2002	69
4.1.3 Eleições Municipais: 1982 a 2004	77
4.1.4 Congresso Nacional	78
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES.....	81
5.1. Resultados da Pesquisa.....	81
5.2. Considerações Finais	97
5.2.1. Projeto de Lei 2.679/03.....	101
5.2.2. Projeto de Lei nº 1.712/03.....	103
BIBLIOGRAFIA.....	105

ANEXO I – Questionário aplicado aos deputados federais do PT

ANEXO II – Perfil da amostra – Deputados Federais do PT que responderam o questionário estruturado

Índice de tabelas, gráficos e figuras

TABELA 1. Partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral – Dezembro de 2005.....	59
TABELA 2. Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1989.....	62
TABELA 3. Resultado do segundo turno da eleição presidencial de 1989.....	63
TABELA 4. Evolução da intenção de voto para presidente da República na eleição de 1994.....	65
TABELA 5. Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1994.....	66
TABELA 6. Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1998.....	67
TABELA 7. Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 2002.....	68
TABELA 8. Resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2002.....	68
TABELA 9. Eleições para governador em 1982 – Votação total por partido (1º turno).....	69
TABELA 10. Eleições para governador em 1986 – Votos recebidos pelo PT (1º turno).....	70
TABELA 11. Eleições para governador em 1990 – Votos recebidos pelo PT (1º turno).....	71
TABELA 12. Eleições para governador em 1994 – Votos recebidos pelo PT (1º turno).....	73
TABELA 13. Eleições para governador em 1998 – Votos recebidos pelo PT (1º turno).....	74
TABELA 14. Eleições para governador em 2002 – Votos recebidos pelo PT (1º turno).....	75
TABELA 15. Eleições para governador – Votação total e percentual por eleição e partido nos pleitos de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002.....	76
TABELA 16. Eleições de 1982, 1985, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004 - Número de Prefeitos Eleitos por Partido.....	77
TABELA 17. Eleições de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002 - Total e Percentual de Cadeiras Obtidas pelos Partidos.....	80
TABELA 18. Variação dos votos de Lula nas eleições presidenciais e pelo PT na eleição para deputado federal.....	83
TABELA 19. Os Cabeças do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados.....	86
TABELA 20. Evolução da receita das quatro principais legendas do país (em R\$ milhões).....	88
TABELA 21. A origem dos recursos do PT (%).....	88
TABELA 22. Previsão das bancadas na Câmara dos Deputados na eleição de outubro de 2006.....	99
TABELA 23. Partidos e cláusula de barreira.....	100
TABELA 24. Perfil da amostra – Deputados Federais do PT que responderam o questionário estruturado.....	112
Gráfico 1. Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 2002 e 2000).....	16
Gráfico 2. Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 1998 e 1996) – sem o PT.....	17
Gráfico 3. Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 1998 e 1996) – com o PT.....	18
Figura 1. A Abordagem contingencial.....	22
Figura 2. Genealogia dos partidos políticos brasileiros, 1945-1965.....	50

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Introdução

Desde sua fundação até a eleição de 2002, o Partido dos Trabalhadores registra crescimento contínuo na sua bancada na Câmara dos Deputados. Em 1982, o partido tinha 8 deputados federais. Em 1986, elegeu 16. No ano de 1990, foram eleitos 35 parlamentares. No pleito seguinte, em 1994, o PT elegeu 49 deputados federais. Em 1998, 58. Na última eleição o PT conseguiu eleger a maior bancada da Câmara: 91 deputados.

O objetivo desta dissertação de mestrado é verificar, à luz da Teoria da Contingência de Administração, se o crescimento do PT na Câmara dos Deputados foi resultado de estratégias adotadas pelo partido especificamente para este fim. Pretende-se, desta forma, explicar um fenômeno político a partir de uma teoria de uma outra área de conhecimento – a Administração.

A utilização de modelos de uma área do conhecimento por outra é uma prática comum em trabalhos científicos. Podemos citar como exemplo Anthony Downs com seu célebre livro “Uma Teoria Econômica da Democracia”, e as abordagens da Escolha Racional, em especial o livro de John Elster, *Rational Choice*.

Outro livro importante diz respeito a uma linha recente de pesquisa na sociologia, a chamada “sociologia econômica”, cujo livro-marco é “The Handbook of Economic Sociology”, dos autores Granovetter, Smelser & Swedberg. Trata-se de uma nova abordagem sociológica que usa modelos econômicos.

A abordagem behaviorista na ciência política é outro exemplo. Dedicando-se “ao que pode ser observado”, as ciências do comportamento (*behavioral sciences*) dizem respeito a numerosos setores do conhecimento (psicologia e psicologia social, antropologia,

economia, etc). O estudo do comportamento político (*political behaviour*) marca a aplicação da abordagem behaviorista aos fenômenos políticos (Schwartzberg, 1979).

Conforme ressaltam Bartels e Brady (1993)

Sociologists (Tuma and Hannan 1984; Allison 1984), statisticians (Cox 1972), economists (Heckman and Singer 1982), epidemiologists (Gross and Clark 1975; Elandt-Johnson and Johnson 1980), and engineers (Kalbfleisch and Prentice 1980) have developed sophisticated methods for analyzing these different types of events data for marital, employment, and health statuses (including the reliability of machines and products). The challenge for political scientists is to adopt these methods when they are useful and to develop new ones to meet the special needs of our discipline.

A aplicação de modelos estatísticos na ciência política, como análise de série temporal, também tem sido muito utilizada e os resultados têm sido muito positivos, como afirmam Bartels e Brady (1993):

Time-series data have come to play an increasingly prominent role in political science in the last decade, especially in empirical work at the intersection of politics and economics. The time-series methods first introduced by Hibbs (1974), including generalized least squares and autoregressive integrated moving average (ARIMA) models (Box and Jenkins 1976), are now adopted routinely to model a wide variety of trends, autoregressive errors, and moving average processes in time-series data.

The econometric literature continues to be the major source of new techniques for analyzing time-series data. But political scientists have become increasingly sophisticated in their efforts to adopt and adapt these techniques to studies of the political business cycle (Beck 1987), presidential popularity (Beck 1992; Ostrom and Smith n.d.), arms races (Williams and McGinnis 1988), and other political phenomena. Four techniques in particular have seen both rapid theoretical development and fruitful application in political setting: Box-Tiao intervention models, vector autoregression, cointegration and the Kalman filter.

Esta dissertação é uma perspectiva de estudo inédita sobre partidos políticos no Brasil. Grosso modo, Meneguello lista quatro vetores que orientam os estudos sobre partidos políticos no Brasil republicano.

O primeiro refere-se ao grau de descontinuidade dos partidos e dos sistemas partidários formados ao longo desse período. Meneguello afirma que um aspecto muito destacado é a formação de seis sistemas partidários desde 1889 até o mais recente quadro organizado em 1985.

O segundo é a complexidade das formações partidárias, que, segundo a autora, é entendida como um reflexo de dois conjuntos de fatores:

- a) heterogeneidade regional política e cultural brasileira, condicionada pelas dimensões continentais do país;
- b) o baixo grau de estruturação interna dos partidos, considerado uma consequência da sua fragilidade institucional.

O terceiro vetor é a constatação de que, na história política do país, desde 1989, a quase totalidade das organizações partidárias é caracterizada por um perfil organizacional frágil e não traduz experimentos de interesses articulados, com forte enraizamento social.

O quarto refere-se ao papel predominante do Estado na organização e na representação de interesses. A idéia de que a fragilidade dos partidos e a contínua debilidade do sistema partidário brasileiro são, em parte, produtos das limitações impostas pelo Estado à dinâmica de organização de interesses sociais é um crivo observado na maior parte dos estudos sobre os partidos nos vários períodos.

A opção pelo Partido dos Trabalhadores se deve ao fato dele ter sido o único partido de esquerda que apresentou crescimento contínuo e expressivo na Câmara dos Deputados desde 1982. Desta forma, pretende-se dar uma contribuição ao estudo dos partidos político no Brasil.

Ademais, apesar de ser uma das agremiações brasileiras mais estudadas (LEAL, 2005), trata-se de uma ótica de estudo inédita.

Leal cita vários estudos feitos logo após a fundação do PT, como os de Keck (1991) e Meneguello (1989), que partilhavam da visão de que o partido representava algo novo na história política brasileira.

Leal também cita a obra nos anos 80 de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, que enfoca os desafios de um partido de esquerda com pretensões revolucionárias disputando a arena eleitoral. Muitos estudos recentes reenfazem os mesmos aspectos do ineditismo petista em relação às outras propostas existentes na esquerda de então, afirma Leal. Tema, por exemplo, estudado por Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de Souza (1983) e Gelsom Rozentino de Almeida (2000).

Segundo Leal, a relação petista com os partidos comunistas merece consideração à parte. Muitas publicações sobre o PCB acabaram indiretamente por traçar paralelos com o PT, mesmo que este não fosse o objetivo dos trabalhos. Gildo Marçal Brandão (1997) é um desses autores que, mesmo escrevendo sobre o PCB, acaba problematizando com o PT.

A intenção acadêmica de focalizar a experiência do PT e compreendê-la melhor não se limitou às áreas que tradicionalmente se dedicam ao estudo de partidos políticos. Leal cita, por exemplo, a tese de mestrado em geografia de Sérgio Fernandes Alonso (1993) que enfoca a questão da espacialidade do PT, tentando compreender as relações entre espaço e poder.

Leal cita também a abordagem da construção do PT nos Estados como outra vertente de estudos sobre o partido. Segundo ele, farta literatura regional floresceu em todo o país, debatendo a especificidade da história e das características das seções estaduais do PT.

A história do PT do Distrito Federal também foi estudada, com ênfase na distinção entre a situação das bases petistas em Brasília e das bases nos demais estados da Federação, por Maria Izabel V. De Carvalho e Úrsula Amélia P. Sampaio (1996). E os desafios para a

consolidação do PT no Rio de Janeiro foram tratados, a partir da discussão sobre o V Encontro Nacional, por Lourival de Carvalho (1998).

Leal ainda cita obras para o consumo do grande público que se filiaram à visão do Partido dos Trabalhadores como novidade na política brasileira. É o caso do livro de André Singer (2001) sobre o partido.

Portanto, como se viu, o PT aqui será analisado de uma outra forma, do ponto de vista organizacional. Aliás, David Samuels (1997), citado por Leal (2005), afirma que os deputados do PT percebem que seu sucesso como candidatos depende do êxito da organização partidária. É justamente esta relação que se pretende estudar: como a estrutura interna do partido, por meio de definição de estratégias, contribuiu para o aumento do partido na Câmara dos Deputados.

E por que a Teoria Contingencial? De um lado porque é a única Teoria de Administração que trata da inter-relação da organização com seu ambiente externo. De outro, segundo Clegg e Hardy (1998), a Teoria da Contingência é uma das abordagens mais amplamente apropriadas para os estudos organizacionais em função da economia analítica de uma perspectiva que lida com um conjunto finito, mas flexível, de variáveis, tais como estratégias organizacionais para atingir determinados objetivos.

1.2. Estrutura da Dissertação

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo que o primeiro está dividido em quatro itens. Neles são abordados o objetivo da dissertação, a hipótese, a metodologia e o marco teórico. Conforme já mencionado anteriormente, o objetivo deste estudo é verificar se o crescimento do PT na Câmara dos Deputados foi resultado de estratégias adotadas pelo partido especificamente para este fim. Foi utilizada a Teoria Contingencial de Administração como modelo teórico.

Como metodologia de pesquisa foram realizadas dois tipos de entrevista. Uma estruturada, com deputados federais da bancada do PT, e outra semi-estruturada, com quatro membros-chave da estrutura organizacional do partido. Complementarmente, foram feitas pesquisas bibliográficas, em jornais e revistas no período de 1995 a 2006, análise de documentos do PT e observação na Câmara dos Deputados sobre o funcionamento da bancada do PT.

O Capítulo dois trata de partidos políticos em geral, onde são abordados alguns conceitos e sua origem, que segundo Bobbio (1993), está relacionada ao problema do aumento da demanda de participação no processo de formação das decisões políticas.

No Capítulo três foi feito breve comentário sobre os partidos políticos no Brasil. Foi abordado o período do Império à Primeira República (1822-1930). Em seguida, o Estado Novo (1930-1945). No tópico seguinte, foi abordada a experiência pluripartidária (1945-1965). O Bipartidarismo, que vai de 1966 a 1979, é tratado a seguir. Por fim, o chamado novo pluripartidarismo (1980-2006).

A origem do PT e o seu desempenho eleitoral nas eleições federais, estaduais e municipais, de 1982 até 2004 estão tratados no Capítulo quatro. Será possível verificar aqui o quanto a legenda cresceu em termos de votação e de conquista de cargos públicos, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

No último capítulo, divididos em dois itens, foram feitas as considerações finais. No primeiro item – Resultados da Pesquisa – foram apresentados os resultados do questionário estruturado aplicado aos deputados federais, bem como comentários sobre as entrevistas semi-estruturadas. Por último, seguem as considerações finais do trabalho, onde foi feita a relação entre o modelo teórico aplicado e o resultado da pesquisa. Neste tópico também foram comentadas previsões sobre o desempenho para a bancada do Partido dos Trabalhadores para as eleições de outubro próximo e os projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados sobre reforma política.

1.3. Objetivo do Trabalho e Hipótese

Como já mencionado anteriormente, a bancada do PT na Câmara dos Deputados tem apresentado crescimento constante e expressivo desde sua fundação até a eleição de 2002. Este crescimento pode ser explicado por alguns fatores.

Um deles pode ser o fato de o PT ter disputado, desde 1989, a sucessão presidencial com um candidato forte¹ capaz de impulsionar outras candidaturas da legenda, como a de deputado federal, por exemplo.

Outra razão pode ter sido o fato de o partido ter conquistado um número razoável de municípios nas eleições para prefeito. É clara a relação entre eleição para prefeito e a de deputado federal. Em 1996, por exemplo, o PT dobrou o número de prefeitos eleitos e o PSDB triplicou, e como decorrência, em 1998 estes dois partidos aumentaram as suas bancadas na Câmara federal significativamente, aproveitando as bases ampliadas (FLEISCHER, 2001).

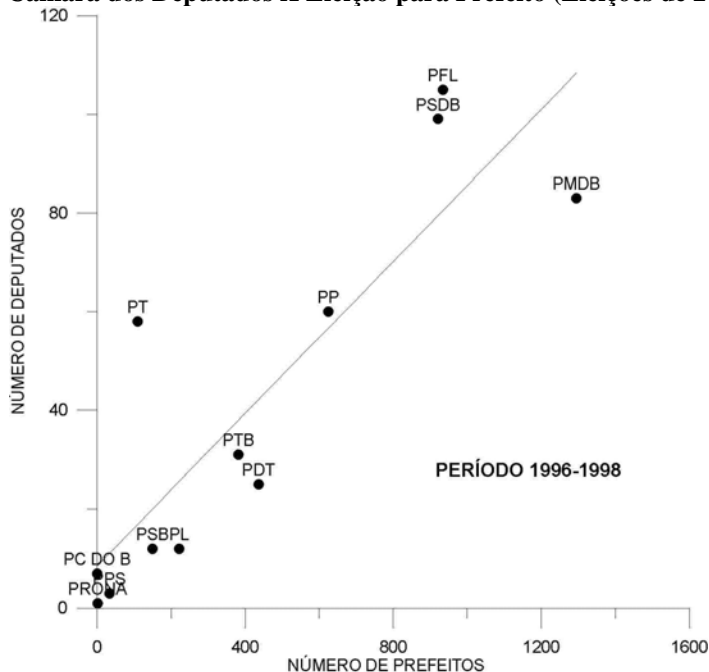
A existência de uma relação linear direta entre o número de deputados federais eleitos e o número de prefeitos de cada partido político pode ser comprovada estatisticamente. Considerando como variável dependente, Y, o número de deputados por partido e como variável independente, X, o número de prefeitos por partido, o ajuste por mínimos quadrados para o período eleitoral 1996-1998 fornece a seguinte equação:

$$Y = 0.07706072155 * X + 8.524731133$$

O coeficiente de determinação, R^2 , para a equação ajustada aos dados é de 0.749759, indicando um ajuste bastante elevado da função aos dados (Gráfico 1).

¹ Luiz Inácio Lula da Silva obteve, em 1989, 17,1% dos votos válidos no primeiro turno, o equivalente a mais de 11 milhões de votos. No 2º turno, obteve mais de 30 milhões de votos, mas perdeu para Fernando Collor de Mello (PRN). Na eleição de 1994, mesmo perdendo para Fernando Henrique Cardoso (PSDB), teve mais de 17 milhões de voto. Na eleição de 1998 Lula também perdeu em 1º turno, mas conquistou mais de 21 milhões de voto. Em 2002, venceu José Serra (PSDB), no 2º turno, com mais de 52 milhões de votos.

Gráfico 1 - Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 2002 e 2000)



Dados tratados pelo autor

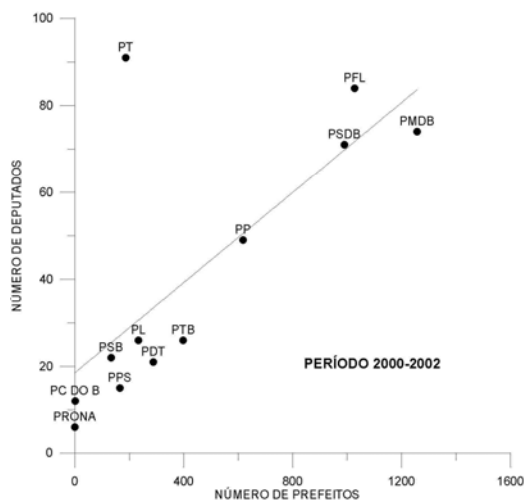
O ajuste por mínimos quadrados para o período eleitoral 2000-2002 fornece a seguinte equação:

$$Y = 0.05179002947 * X + 18.54273698$$

O coeficiente de determinação, R^2 , para a equação ajustada aos dados é de 0.527052. Embora o índice de ajuste mostre significativa redução, quando comparado com aquele do período 1996-1998, o valor obtido é relevante e está acima de 50%.

Deve-se, contudo ressaltar que a redução do coeficiente de determinação ocorreu devido ao comportamento atípico mostrado pelo PT (Gráfico 2), pois elegeu a maior bancada em 2002 apesar de ter menos prefeitos que outras legendas.

Gráfico 2 - Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 1998 e 1996) – com PT



Dados tratados pelo autor

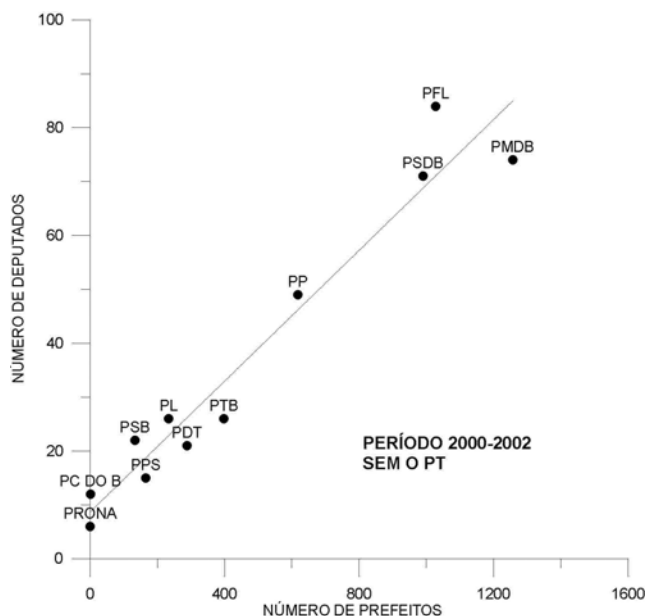
Se os dados referentes ao PT do período 2000-2002 forem retirados os resultados serão diferentes.

A equação da reta que melhor se ajusta aos dados referentes ao período 2000-2002, excluindo aqueles do PT é:

$$Y = 0.06067138196 * X + 8.707929458$$

O coeficiente de determinação, R^2 , para a equação ajustada é, agora, de 0,942263. A retirada da amostra referente ao PT do conjunto de dados provocou uma melhoria espetacular no ajuste (Figura 3). O valor de R^2 , anteriormente pouco maior que 50%, é agora superior a 94%. Isto, certamente, comprova o comportamento atípico da amostra do PT, quando comparada a dos outros partidos.

Gráfico 3 - Eleição Câmara dos Deputados X Eleição para Prefeito (Eleições de 1998 e 1996) – sem PT



Dados tratados pelo autor

O notório relacionamento e sintonia do PT com movimentos sociais organizados, como sindicatos, por exemplo, também pode ser mais uma das explicações para o crescimento do partido na Câmara dos Deputados.

Porém, sem desprezar o efeito positivo que estes fatores podem ter tido para o Partido dos Trabalhadores nas eleições para a Câmara Federal, estas justificativas podem conduzir a uma interpretação parcial da realidade sobre o aumento no número de deputados federais do PT. Pretende-se, aqui, demonstrar que o partido tem trabalhado de forma mais ativa do que se imagina para atingir este objetivo.

Afinal de contas, não se pode deixar de considerar que a distribuição do fundo partidário² e do tempo de TV³ é feita com base na quantidade de deputados federais eleitos

² De acordo com a Lei nº 9.096/95, em seu artigo, 41, o fundo partidário é dividido da seguinte forma: 1% igualmente para todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados e 99% proporcionais ao número de representantes na Câmara dos Deputados.

³ A Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), em seu artigo 47, estabelece que o tempo da propaganda eleitoral no rádio e na TV com vistas às eleições é distribuído da seguinte forma: um terço igualitário e dois terços proporcionais ao número de representantes na Câmara dos Deputados.

por cada legenda. Isto significa que o partido, para se fortalecer, de acordo com a legislação em vigor, precisa eleger um número razoável de representantes na Câmara Federal.

A partir de uma dimensão ainda pouco estudada, pretende-se com este trabalho analisar o crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados à luz da Teoria Contingencial de Administração. Segundo a Teoria Contingencial, para uma organização ser efetiva, ela precisa desenvolver estratégias para atingir determinados objetivos essenciais à sua sobrevivência e desenvolvimento. Estas estratégias devem estar em sintonia com a estrutura da organização e com o meio ambiente no qual ela está inserida.

A hipótese do trabalho, portanto, é que o crescimento do PT na Câmara dos Deputados deveu-se, em parte, a estratégias desenvolvidas pelo partido especialmente para este fim.

Decorrem daí outras questões importantes a serem respondidas, a saber: (a) que estratégias o partido tem adotado; (b) que fatores o parlamentar identifica como responsáveis por sua eleição para a Câmara dos Deputados; (c) por conta dos recentes problemas enfrentados pelo partido⁴, que estratégias ele adotou ou pretende adotar para minimizar os efeitos negativos sobre a legenda nas próximas eleições, dentre outras.

1.4. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizados dois tipos de pesquisa. Entrevista estruturada com deputados do PT na Câmara Federal (Anexo I) e entrevista semi-estruturada com quatro membros-chave da estrutura organizacional do PT. Complementarmente, foram feitas pesquisas bibliográficas, em jornais e revistas no período de 1995 a 2006, análise de documentos do PT e observação na Câmara dos Deputados sobre o funcionamento da bancada do PT.

⁴ O governo do presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores foram acusados de comprar parlamentares para que estes votassem em favor dos projetos de interesse do governo. O escândalo ficou conhecido como

Assim, os resultados das pesquisas, comentados no capítulo cinco, são frutos de análise de dados primários e secundários. Dados primários são aqueles que foram obtidos por meio das pesquisas estruturadas e semi-estruturadas. Os dados secundários são aqueles obtidos de fontes diversas, tais como: documentos, jornais, revistas e periódicos.

Por conta dos problemas que o PT enfrentou no ano passado e neste ano, não foi fácil conseguir que os deputados respondessem ao questionário e marcar as entrevistas semi-estruturadas. A resistência foi muito grande. A persistência, entretanto, foi maior.

Com relação aos deputados em especial, algumas dificuldades adicionais: falta de tempo por conta da atividade parlamentar e envolvimento com negociações políticas com vista às eleições de outubro deste ano.

De qualquer forma, o resultado final foi considerado muito positivo, conforme detalhado a seguir.

A pesquisa estruturada foi realizada no período de maio a junho de 2006 com deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, mediante contato pessoal e as devidas explicações, além do compromisso de não se divulgar respostas isoladas dos deputados.

Da população objetivo deste trabalho, 81 parlamentares do PT, obteve-se resposta de 42 (Anexo II). Não houve nenhum critério de seleção pré-estabelecido para o retorno das entrevistas, configurando a aleatoriedade no processo.

Entretanto, apesar de o processo ter sido aleatório, houve a preocupação de ouvir parlamentares de todas as cinco regiões do País, homens e mulheres e com número de mandatos variados.

“mensalão” e resultou na instalação de três Comissões Parlamentares de Inquérito, sendo uma no Senado (CPI

Com nível de confiança de 95%, estima-se como margem de erro aos indicadores de total no estudo, aproximadamente 8,8%. O método de cálculo adotado foi de amostragem aleatória simples.

Em termos regionais, a bancada do PT tem 7 deputados na Região Norte, 17 no Nordeste, 3 no Centro-Oeste, 36 no Sudeste e 18 no Sul. Foram ouvidos 5 da região Norte, 4 do Nordeste, 3 do Centro-Oeste, 19 do Sudeste e 11 da Região Sul. Em termos estaduais, há representantes de 15 dos 27 estados da Federação.

Quanto ao sexo, a bancada do PT na Câmara tem 67 homens e 14 mulheres. Foram ouvidos 34 homens e 8 mulheres.

Quanto ao número de mandatos, foram ouvidos 28 deputados com 1 mandato, 7 com 2 mandatos, 5 com três mandatos e 2 com mais de 3 mandatos.

A entrevista semi-estruturada foi realizada com quatro membros-chave do partido. Os critérios para a escolha dos entrevistados foram, principalmente, sua importância na estrutura organizacional do partido, disponibilidade de tempo e interesse de participar do estudo.

Na pesquisa bibliográfica foram analisados estudos e artigos sobre o Partido dos Trabalhadores, os quais estão detalhados nos capítulos 2 (Justificativa) e 6 (O Partido dos Trabalhadores).

Também foram realizadas pesquisas em jornais e revistas entre 1995 e 2006. Os jornais mais consultados foram Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Correio Braziliense. As revistas mais consultadas foram Veja e Época. Os dados obtidos contribuíram para contextualizar e complementar informações obtidas por meio das entrevistas estruturadas e semi-estruturadas.

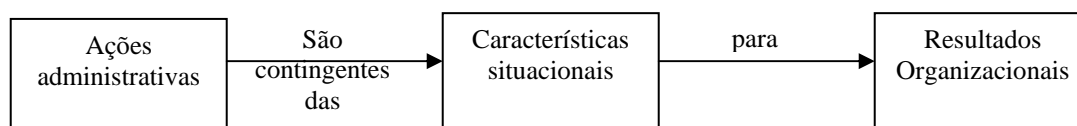
dos Bingos) e duas Mistas (dos Correios e da Compra de Votos).

Por fim, foram analisados alguns documentos do partido, bem como as atividades da bancada na Câmara dos Deputados. O objetivo foi identificar decisões e/ou ações relacionados ao tema da pesquisa.

Como modelo teórico, foi utilizada a Teoria Contingencial de Administração. De acordo com a Teoria Contingencial de Administração, os resultados organizacionais são atingidos a partir de estratégias que levam em consideração o ambiente no qual a organização está inserida.

David Hampton (1992), através de um modelo gráfico, resume da seguinte forma a Teoria da Contingência:

Figura 1. A Abordagem Contingencial



Ações administrativas podem ser consideradas como estratégias adotadas por uma organização para atingir um determinado objetivo. Como exemplo, pode ser citada a Carta ao Povo Brasileiro. Em 2002, por conta da alta volatilidade no mercado financeiro em razão da perspectiva de vitória de Lula, o PT decidiu escrever, em nome de seu candidato à Presidência, uma carta endereçada ao povo brasileiro se comprometendo a honrar contratos e não fazer aventuras econômicas. Este gesto teve como objetivo acalmar o mercado financeiro e os eleitores em geral e, desta forma, não prejudicar a candidatura de Lula.

1.5. Marco Teórico

1.5.1. Introdução

Os estudos organizacionais têm origens históricas nos escritos de pensadores do século XIX, como Saint-Simon, que tentaram antecipar e interpretar as nascentes transformações ideológicas e estruturais geradas pelo capitalismo industrial (Wolin, 1961).

Ou seja, a Revolução Industrial foi fator decisivo para o despontar da Administração como ciência.

A modernização instigada pelo despertar do capitalismo trouxe mudanças econômicas, políticas e sociais, que criaram um mundo fundamentalmente distinto daquele em que imperavam as formas de produção e administração em pequena escala, típicas das primeiras fases do desenvolvimento do capitalismo do século XVIII e princípio do século XIX (BENDIX, 1974).

O crescimento de uma “sociedade organizacional” representou um avanço inexorável da razão, liberdade e justiça e da possibilidade de erradicação da ignorância, coerção e pobreza (REED, 1998). As organizações foram racionalmente projetadas para resolver conflitos permanentes entre as necessidades coletivas e as vontades individuais que vinham obstruindo o progresso social desde os dias da Grécia Antiga (WOLIN, 1961).

As organizações garantiam a ordem social e a liberdade pessoal pela combinação entre processos decisórios coletivos e interesses individuais (STORING, 1962), por meio de um projeto de bases científicas em que estruturas administrativas subjugassem os interesses sectários aos objetivos coletivos institucionalizados. O conflito perene entre “sociedade” e “indivíduo” seria permanentemente superado (REED, 1998).

No entanto, com a compreensão conferida pela perspectiva histórica do final do século XX, o estudo e a prática organizacional já são muito diferentes de antes. A prometida garantia de progresso material e social por meio do incremento tecnológico contínuo, da organização moderna e da administração científica hoje em dia parece cada vez mais distante (REED, 1998). Tanto a efetividade técnica quanto a virtude moral das organizações “formais” ou “complexas” são questionadas por transformações intelectuais e institucionais, levando à humanidade à fragmentação social, à desintegração política e ao relativismo ético.

Em suma, os estudiosos de organização contemporâneos encontram-se numa posição histórica e num contexto social em que as “certezas” ideológicas e os “remendos” técnicos que outrora eram o suporte técnico de sua disciplina estão sendo questionados e aparentemente já começam a recuar no debate sobre a natureza das organizações e quais os meio intelectuais mais adequados ao seu estudo (REED, 1998).

1.5.2. Teorias de Administração

A seguir, breves comentários sobre a evolução das principais teorias de Administração.

A Administração é o resultado histórico e integrado da contribuição cumulativa de numerosos precursores, alguns filósofos, outros físicos, economistas, estadistas, e outros até mesmo empresários que, no decorrer dos tempos foram, cada qual no seu tempo, desenvolvendo e divulgando as suas obras e teorias (CHIAVENATO, 1983).

A moderna Administração utiliza certos conceitos e princípios descobertos em várias ciências, como Matemáticas (como Estatística), Ciências Humanas (como Psicologia, Biologia), Ciências Físicas (como a Química), etc.

No despontar do século XX, dois engenheiros desenvolveram os primeiros trabalhos pioneiros a respeito da Administração. O americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e o francês Henri Fayol (1841-1925). Taylor desenvolveu a chamada Escola da Administração Científica, preocupada em aumentar a eficiência da indústria através, inicialmente, da racionalização do trabalho do operário. Fayol veio a desenvolver a Teoria Clássica, preocupada em aumentar a eficiência da empresa através da sua organização e da aplicação de princípios gerais da Administração em bases científicas.

As idéias de Taylor e de Fayol foram a base da Abordagem Clássica de Administração, que surgiu da necessidade de se substituir o empirismo e a improvisação

pelo aspecto científico, bem como a necessidade de se conseguir melhor rendimento, em face da competição e concorrência reinantes.

O desenvolvimento das ciências sociais, principalmente a Psicologia, e a necessidade de se humanizar e democratizar a Administração levou ao desenvolvimento da chamada Abordagem Humanística de Administração. A Teoria de Relações Humanas (ou Escola Humanística), que surgiu nos Estados Unidos por volta de 1930, foi basicamente um movimento de reação e oposição à Teoria Clássica.

Mary Parket Follet, cientista social, foi pioneira na introdução da Psicologia no comércio, indústria e governo. Robert Owen, filantropo e humanitário, foi outro precursor da Teoria Humanística, com introdução, entre 1800 e 1828, de medidas como: organização de vilas-modelo para operários, plantio de árvores, construção de jardins, escola para crianças e operários, etc. (FARIA, 2002).

Em 1923, George Elton Mayo conduziu uma pesquisa em uma indústria têxtil, procurando solucionar problemas de produção e rotatividade de pessoal. Introduziu um período de descanso, determinado pelos próprios operários, e contratou uma enfermeira. Em pouco tempo, surgiu um espírito de equipe, a produção aumentou, e a rotatividade de pessoal diminuiu.

Em 1924, a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos iniciou uma série de experiências visando descobrir a relação entre o ambiente físico e o desempenho. Como ponto de partida, estudou a influência da intensidade da iluminação na produção.

Esses dois trabalhos não apresentaram resultados definitivos, mas apenas levantaram questões para futuras análises.

Coube a George Elton Mayo (1880-1949), considerado o “pai das Relações Humanas”, iniciar estudos na Western Electric Company, empresa localizada no bairro de

Howthorne, em Chicago. Tal experiência recebeu o nome de Howthorne e durou de 1927 a 1932.

Os resultados permitiram o estabelecimento dos princípios básicos da Escola de Relações Humanas, formada logo em seguida. As conclusões foram as seguintes:

- O nível de produção é resultante da integração social;
- O comportamento social dos empregados se apóia totalmente no grupo;
- As recompensas e as sanções são importantes;
- A empresa passou a ser visualizada como uma organização social composta de diversos grupos informais, cuja estrutura nem sempre coincide com a organização formal;
- Os indivíduos dentro da organização participam de grupos sociais e mantêm-se em uma constante interação social;
- A importância do conteúdo do cargo afeta o moral do trabalhador;

A experiência de Howthorne permitiu o aparecimento de novos conceitos básicos sobre a administração. Além da função econômica, que é produzir bens e serviços, abriu-se os olhos para a função social, que é distribuir satisfações.

A partir daí, outras teorias de Administração foram desenvolvidas, como a Abordagem Neoclássica, Estruturalista, Comportamental, Sistêmica e Contingencial.

O termo Teoria Neoclássica é, na realidade, um tanto quanto exagerada na visão de Chiavenato (1983). Isto porque, segundo o autor, os principais nomes desta Teoria (Peter Drucker, Ernest Dale, George Terry, Louis Allen), muito embora não apresentem pontos divergentes, também não se preocupam em se alinhar dentro de uma orientação comum.

Já na visão de Faria (2002), com a Teoria Neoclássica, a Teoria Clássica ressurgiu revista, ampliada e melhorada.

Suas características principais são:

- ênfase na prática de administração: os conceitos são desenvolvidos de forma prática e utilizável, visando a ação administrativa;
- reafirmação dos postulados básicos: grande parte dos conceitos e princípios da Teoria Clássica foi atualizada, redimensionada e reestruturada de forma ampla e flexível;
- ênfase nos princípios gerais de administração: os princípios utilizados pelos clássicos como “leis” científicas são retomados, para buscar soluções administrativas práticas; e
- ênfase nos objetivos e nos resultados.

Faria (2002) ainda aponta como contribuições importantes da Teoria Neoclássica:

- Centralização versus descentralização: ambas têm suas vantagens e desvantagens. Nas organizações de hoje encontra-se tanto uma como a outra;
- As funções do administrador: são aquelas preconizadas por Fayol (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar) com novas denominações, ou seja: planejamento, organização, direção e controle.

A administração por Objetivos (APO) surge como decorrência da Teoria Neoclássica. Foi criada na década de 1950 com a obra de Peter Drucker, considerado o pai da APO, *Prática de Administração de Empresas*, publicada em 1954.

A APO é uma técnica de direção de esforços por meio do planejamento e controle administrativo para obtenção de resultados e tem por base o estabelecimento de objetivos anuais da empresa (plano de objetivos de longo prazo) e objetivos de cada departamento ou gerência (com base nos objetivos anuais).

A partir de 1940 as críticas à Teoria Clássica e à Teoria das Relações Humanas realçam a falta de uma teoria das organizações sólida, abrangente e que servisse de

orientação ao administrador. Com base na obra de Max Weber alguns estudiosos encontraram a inspiração para essa nova teoria: a Teoria da Burocracia (FARIA, 2002).

O primeiro teórico das organizações foi Max Weber (1864-1920) por seus estudos sobre as organizações, examinado-as segundo o ponto de vista estruturalista e preocupando-se antes de tudo com sua racionalidade.

Para compreender a burocracia, Weber estudou os tipos de sociedade e os tipos de autoridade. Quanto à sociedade ele constatou que existem três tipos:

- Tradicional: com predominância de características patriarcais e patrimoniais, tais como família, a sociedade medieval etc.;
- Carismática: com características místicas, arbitrarias e personalísticas, tais como partidos políticos, grupos revolucionários etc.;
- Legal ou burocrática: com predominância das normas e preceitos, como nas empresas de grande porte, Exércitos, Estados modernos etc.

Para cada tipo de sociedade Max constatou um tipo de autoridade correspondente, quais sejam:

- Tradicional: aceitação das ordens dos superiores como justificadas, já que esta sempre foi a forma como as coisas aconteceram;
- Carismática: aceitação das ordens dos superiores como justificadas, devido à influência de sua personalidade e liderança, com as quais há uma identificação;
- Legal ou burocrática: aceitação das ordens dos superiores como justificadas, já que concordam com as normas e preceitos considerados legítimos e oriundos da empresa, isto é, previamente estabelecidos.

Para Max Weber, ao contrário do pensamento popular atual, burocracia é a organização eficiente por excelência.

Por volta de 1950, fruto dos estudos de diversos autores, surgiu a Teoria Estruturalista. Dentre os principais nomes estão Amitai Etzioni, Victor A. Thompson, Jean Viet, Peter M. Blau.

Tais autores buscaram relacionar as organizações com seu ambiente externo, com base no conceito de que a sociedade moderna é uma “sociedade de organizações”, surgindo em consequência o homem organizacional (FARIA, 2002).

O estruturalismo se preocupa com o todo e com o relacionamento das partes na constituição do todo. A totalidade, a interdependência das partes e o fato de que o todo é mais que a simples somas das partes são características básicas do estruturalismo.

A Teoria Estruturalista baseia seu estudo nas organizações, sua estrutura e interação com as outras organizações. As organizações são entendidas como “unidades sociais”, constituídas com a finalidade de atingir objetivos específicos.

A partir dos trabalhos de Kurt Lewin, dos estudos de Chester Barnard e depois com George Homans (Sociologia Funcional de Grupo) e Herbert Simon (Comportamento Administrativo), a teoria administrativa passa a ser dominada por uma nova configuração (FARIA, 2002). Em 1947 surgiu a Teoria Comportamental e, para muitos, representa a aplicação da Psicologia organizacional.

Desenvolvida nos Estados Unidos, essa teoria apresenta novos conceitos, novas variáveis, enfim, uma nova visão da teoria administrativa com base no comportamento humano nas organizações. Sua preocupação é a busca de soluções democráticas e flexíveis para os problemas organizacionais. Assim como na Teoria das Relações Humanas, a ênfase é dada aos indivíduos.

A Teoria Comportamental teve em Hebert A. Simon seu principal expoente, mas os nomes de Chester Barnard, Douglas McGregor, Rensis Likert e Chris Argyris devem ser

mencionados por suas importantes contribuições. Abraham Maslow, Frederick Herzberg e David McClelland também merecem citação por seus trabalhos no campo da motivação.

Em 1947, o biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy elaborou uma teoria interdisciplinar capaz de transcender os problemas exclusivos de cada ciência e proporcionar princípios gerais (sejam físicos, biológicos, sociológicos, etc.) e modelos gerais para todas as ciências envolvidas, de modo que as descobertas efetuadas em cada ciência pudessem ser utilizadas pelas demais. Essa teoria interdisciplinar – denominada Teoria Geral de Sistemas – demonstra o isomorfismo das várias ciências, permitindo maior aproximação entre suas fronteiras e o preenchimento dos espaços vazios entre elas.

Essa teoria é essencialmente totalizante: os sistemas não podem ser plenamente compreendidos apenas pela análise separada e exclusiva de cada uma de suas partes. Ela se baseia na compreensão da dependência recíproca de todas as disciplinas e da necessidade de sua integração. Assim, os diversos ramos do conhecimento – até então estranhos uns aos outros pela intensa especialização e isolamento conseqüente – passaram a tratar os seus objetos de estudo como sistemas. E inclusive a Administração.

A Teoria Geral de Administração passou por uma gradativa e crescente ampliação de enfoque desde a Abordagem Clássica até a abordagem sistêmica. Na sua época, a abordagem clássica havia sido profundamente influenciada por três princípios intelectuais dominantes em quase todas as ciências no início do século passado: o reducionismo, o pensamento analítico e o mecanicismo (CHIAVENATO, 1983).

O reducionismo é o princípio que se baseia na crença de que todas as coisas podem ser decompostas e reduzidas em seus elementos fundamentais simples que constituem as duas unidades indivisíveis. O reducionismo serve-se do pensamento analítico para explicar as coisas ou para tentar compreendê-las melhor. O pensamento analítico consiste em decompor o todo, tanto quanto possível, em partes mais simples, independentes e indivisíveis, que são mais facilmente solucionadas ou explicadas e, posteriormente, agregar estas soluções ou explicações parciais em uma solução ou explicação do todo. O

mecanicismo é o princípio que se baseia na relação simples de causa e efeito entre dois fenômenos.

Com o advento da Teoria Geral de Sistemas, esses três princípios já se encontram totalmente substituídos pelos princípios opostos do expansionismo, do pensamento sintético e da teleologia.

O expansionismo é o princípio que sustenta que todo fenômeno é parte de um fenômeno maior. O desempenho de um sistema depende de como ele se relaciona com o todo maior que o envolve e do qual faz parte. Segundo o pensamento sintético, o fenômeno que se pretende explicar é visto como parte de um sistema maior e é explicado em termos do papel que desempenha nesse sistema maior. A teleologia é o princípio segundo o qual a causa é uma condição necessária, mas nem sempre suficiente para que surja o efeito. Em outros termos, a relação causa-efeito não é uma relação determinística ou mecanicista, mas simplesmente probabilística.

Com esses três princípios – expansionismo, pensamento sintético e teleologia – a Teoria Geral de Sistemas proporcionou o surgimento da Cibernética, a Pesquisa Operacional e desaguou na Teoria Geral da Administração, redimensionando suas concepções. (CHIAVENATO, 1983).

A Teoria da Contingência nasceu a partir de uma série de pesquisas feitas para verificar quais modelos de estruturas organizacionais são mais eficazes em determinados tipos de indústrias. Os pesquisadores, cada qual isoladamente, procuraram confirmar se as organizações eficazes de determinados tipos de indústria seguiam os pressupostos da Teoria Clássica, como a divisão do trabalho, a amplitude de controle, a hierarquia de autoridade etc. Os resultados surpreendentemente conduziram a uma nova concepção de organização: a estrutura de uma organização e o seu funcionamento são dependentes da interface com o seu ambiente externo. Em outras palavras, não há uma única forma de organizar.

Essas pesquisas e estudos foram contingentes, no sentido em que procuraram compreender e explicar o modo como as empresas funcionavam em diferentes condições. Essas condições variam de acordo com o ambiente ou contexto que a empresa escolheu como seu domínio de operação. Em outras palavras, essas condições são ditadas “de fora” da empresa, isto é, do seu ambiente. Essas contingências externas podem ser consideradas como oportunidades ou como restrições que influenciam a estrutura, a estratégia e os processos internos da organização.

Dentre os principais estudos estão o de Alfred Chandler (1962), que realizou pesquisa sobre as mudanças estruturais de grandes organizações relacionado-as com a estratégia de negócios. Tom Burns e G. M. Stalker (1961), dois sociólogos industriais, pesquisaram vinte indústrias inglesas para verificar a relação existente entre as práticas administrativas e o ambiente externo dessas indústrias.

Ambiente é tudo aquilo que envolve externamente uma organização ou um sistema (CHIAVENATO, 1983). É o contexto dentro do qual uma organização está inserida. O ambiente pode ser analisado em dois segmentos: ambiente geral e o ambiente tarefa (HALL, 1973).

- Ambiente geral: é o macroambiente, ou seja, o ambiente genérico e comum a todas as organizações. Tudo que acontece no ambiente geral afeta direta ou indiretamente todas as organizações.
- Ambiente tarefa: é o ambiente mais próximo e imediato de cada organização. É o segmento do ambiente geral do qual determinada organização extrai as suas entradas e deposita as suas saídas. É o ambiente de operações de cada organização.

A pesquisa de Paul Lawrence e Jay W. Lorsch (1970) sobre o defrontamento organização X ambiente marca o aparecimento da Teoria da Contingência. O próprio nome Teoria da Contingência derivou desta pesquisa.

Preocupados com as características que devem ter as empresas para enfrentar com eficiência as diferentes condições externas, tecnológicas e de mercado, fizeram uma pesquisa comparando dez empresas em três diferentes meios industriais – plásticos, alimentos empacotados e recipientes. Os autores concluíram que os problemas organizacionais básicos são a diferenciação e a integração.

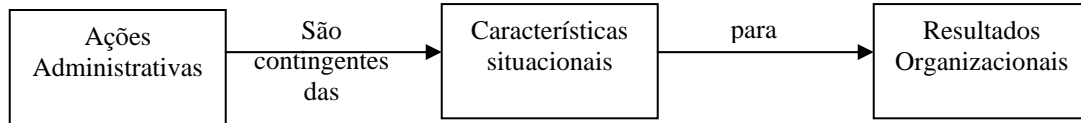
1. Conceito de diferenciação: é a divisão da organização em subsistemas ou departamentos, cada qual desempenhando uma tarefa especializada em um contexto ambiental também especializado.
2. Conceito de integração: refere-se ao processo oposto, isto é, ao processo gerado por pressões vindas do ambiente global da organização no sentido de alcançar unidade de esforços e coordenação entre os vários departamentos (ou subsistemas).

Portanto, as indústrias com elevado desempenho apresentam duas seguintes características. A primeira é um melhor ajustamento às necessidades do ambiente através de alta diferenciação, principalmente nos departamentos relacionados com o problema ambiental. A segunda, a integração interdepartamental através de uma necessidade de trabalho conjunto e integrado.

Daí, os autores formularam a Teoria da Contingência: não existe uma única maneira de organizar; ao invés disso, as organizações precisam ser sistematicamente ajustadas às condições ambientais. Assim, a Teoria da Contingência apresenta os seguintes aspectos básicos:

- a) a organização é de natureza sistêmica, isto é, ela é um sistema aberto;
- b) as variáveis organizacionais apresentam um complexo inter-relacionamento entre si e com o ambiente. Isso explica a íntima relação entre as variáveis externas e os estados internos da organização (diferenciação e integração organizacionais), bem como o tipo de solução utilizado nos conflitos interdepartamentais e interpessoais.

Portanto, as organizações definem suas estratégias em sintonia com o que acontece no ambiente externo a fim de obter o melhor resultado possível. David Hampton, conforme já dito no capítulo 2, resume da seguinte forma:



2. CAPÍTULO 2 – PARTIDOS POLÍTICOS

2.1 Introdução

Seiler (2000) destaca que a ciência política deve muito ao fenômeno partidário. Isto porque o estudo do fato político viu-se por muito tempo monopolizado pelo direito público; ocorre que este, apegado à análise das instituições dotadas de um estatuto constitucional ou legal, não dava interesse a essas formações, cuja existência jurídica era, por vezes, sentenciada como ilegal, o que fazia com que o problema ficasse sob a alçada do direito privado, revelando-se sempre ofensiva.

Assim, ainda de acordo com o mesmo autor, os primeiros homens práticos da ciência política encontraram nos partidos políticos um objeto suficientemente visível, isto é, institucionalizado, para ser abordado sem muita preparação teórica e metodológica, que os publicistas deixavam desdenhosamente como pasto para seu apetite de conhecimentos. Assim, os primeiros observadores científicos do fenômeno partidário foram também os pais-fundadores da ciência política.

Seiler (2000) destaca quatro etapas na progressão da reflexão e da pesquisa sobre o fenômeno partidário.

A primeira corresponde à pré-história da ciência política, época em que os filósofos, ensaístas e ideólogos diversos sustentam, sobre o partido, um discurso de tipo normativo.

A época normativa começa com as revoluções inglesas e termina com os últimos turbilhões provocados pela onda revolucionária de 1848. Vai, aproximadamente, de 1688 até a morte de Marx em 1883, de Bolingbroke até os pensadores da social-democracia alemã. Além dos nomes já citados, Seiler ainda destaca Hume, Burke, Benjamin Constant e Bluntschli como os nomes mais marcantes desta época.

A segunda época (a qual Seiler classifica de *founding-fathers*) assiste, na virada do século, ao surgimento de uma reflexão de tipo científica que, aplicada ao fenómeno partidário, inaugura a pesquisa em ciência política. Paralelamente a Max Weber, que insere suas considerações sobre partidos numa perspectiva sociológica muito mais ampla, destacam-se autores como Bryce, Lowell, Ostrogorsky e Michels. Estes dois últimos abordam os partidos como organizações. À esta lista, Seiler ainda acrescenta o nome de André Siegfried, o inventor da sociologia eleitoral.

A terceira época representa o período axial da sociologia política dos partidos, totalmente marcada pela obra de Maurice Duverger – *Les partis politiques* – em 1951. Com esta obra, a ciência política dispõe de uma síntese de tudo o que se pode saber sobre o fenómeno partidário no anos 1950.

Se as informações de carácter factual da obra de Duverger envelheceram, dois elementos permanecem intangíveis. Um sustenta-se na apresentação de uma teoria da origem e da multiplicação dos partidos, a que Lapalombara e Weiner chamam de “abordagem institucionalista”. O outro reside na edificação de uma tipologia dos partidos baseada na natureza de sua organização.

Finalmente, a quarta etapa é a do lançamento do debate aberto por Duverger. Como destaca Seiler, é um período que se apresenta sob o aspecto de um “estado científico” que Thomas Kuhn qualificaria de “ciência revolucionária”. É a mixórdia, e as orientações de pesquisas são lançadas para todos os lados.

2.2 Definição

Existem inúmeras definições para partidos políticos. Seiler classifica algumas delas em grupos.

Para os filósofos e os ensaístas, um partido é:

- “Um conjunto organizado de homens unidos para trabalhar em comum pelo interesse nacional, conforme o princípio particular com o qual se puseram em acordo.” (Edmund Burke)
- “Uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política” (Benjamin Constant)

Para os cientistas políticos e sociólogos que abordam os partidos do ponto de vista do projeto ou de sua natureza ideológica:

- “Os partidos são formações em que se agrupam homens de mesma opinião para lhes garantir uma influência verdadeira sobre a gestão dos negócios políticos”. (Hans Kelsen)
- “Um partido é um agrupamento organizado para participar da vida política, tendo em vista conquistar, parcial ou totalmente, o poder e de nele fazer prevalecer as idéias e os interesses de seus membros”. (François Goguel)
- “Constitui um partido todo agrupamento de indivíduos que, professando os mesmos pontos de vista políticos, se esforçam para fazer prevalecê-los, ao mesmo tempo juntando a eles o maior número possível de cidadãos e procurando conquistar o poder ou, pelos menos, influenciar suas decisões”. (Georges Burdeau)

Para os cientistas políticos e sociólogos que privilegiam a organização:

- “Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados pelo país (seções, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras” (Maurice Duverger)
- “Um partido caracteriza-se por: (1) a continuidade na organização, isto é, uma organização cuja esperança de vida não depende daquela de seus dirigentes atuais; (2) uma organização visível e verossimilmente permanente em nível local, dotada de comunicações regulares e de outros modos de relacionamentos entre os escalões locais e nacionais; (3) uma vontade consciente dos dirigentes em conquistar e conservar o poder de decisão, sozinho ou em coalizão, tanto em nível local como

nacional, em vez de influenciar simplesmente o exercício do poder; e (4) uma preocupação da organização em ganhar partidários, por ocasião de eleições ou outras oportunidades de conquistar o apoio do povo”. (Joseph Lapalombara e Myron Weiner)

Para os cientistas políticos e sociólogos apegados a diversas facetas da realidade partidária:

- O partido constitui “relações de tipo associativo, uma dependência fundada num recrutamento de forma livre. Seu objetivo é assegurar o poder a seus dirigentes no seio de um grupo institucionalizado, a fim de realizar um ideal ou e obter vantagens materiais para seus militantes”. (Max Weber)
- “Os partidos políticos são agrupamentos voluntários mais ou menos organizados que pretendem, em nome de uma certa concepção de interesse comum e de sociedade, assumir sozinhos ou em coalizão, as funções de governo”. (Raymond Aron)

Após tantas definições, Seiler define os partidos como organizações visando mobilizar indivíduos numa ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançar, sozinhos ou em coalizão o exercício das funções de governo.

2.3 A origem dos partidos políticos

Segundo Bobbio (1993), pode-se dizer que o nascimento e o desenvolvimento dos partidos políticos estão ligados ao problema da participação, ou seja, ao progressivo aumento da demanda de participação no processo de formação das decisões políticas, por parte de classes e estratos diversos da sociedade. Tal demanda de participação se apresenta de modo mais intenso nos momentos de grandes transformações econômicas e sociais que abalam a ordem tradicional da sociedade e ameaçam modificar as relações de poder.

Ainda de acordo com o mesmo autor, é em tal situação que emergem grupos mais ou menos amplos e mais ou menos organizados que se propõem agir em prol de uma ampliação da gestão do poder político a setores da sociedade que delam ficavam excluídos ou que propõem uma estruturação política e social diferente da própria sociedade. Naturalmente, o tipo de mobilização e os estratos sociais envolvidos, além da organização política de cada país, determinam em grande parte as características distintivas dos grupos políticos que assim se formam.

De acordo com Chacon (1998), podemos remontar a Atenas e Roma de antes de Cristo, como fontes da moderna organização partidária, mas ela só surge efetivamente na Grã-Bretanha, em particular do século XIX, isto é, da sua revolução industrial. É o momento da afirmação do poder da classe burguesa e, de um ponto de vista político, é o momento da difusão das instituições parlamentares ou da batalha política pela sua constituição.

Na Inglaterra, o país de mais antigas tradições parlamentares, os partidos apareceram com o *Reform Act* de 1832, o qual, ampliando o sufrágio, permitiu que as camadas industriais e comerciais do país participassem, juntamente com a aristocracia, na gestão dos negócios públicos. Antes desta data não se pode falar propriamente de partidos políticos na Inglaterra, segundo Bobbio.

Depois do *Reform Act* começaram a surgir, no país, algumas estruturas organizativas que tinham o escopo de ocupar-se da execução prevista pela lei para a eleição do Parlamento e de recolher votos em favor deste ou daquele candidato. Esses grupos eram restritos e funcionavam quase exclusivamente durante períodos eleitorais e eram liderados pela aristocracia ou burgueses da alta sociedade.

Era o grupo parlamentar que tinha a função de preparar os programas eleitorais e escolher os líderes do partido. Ao poder do grupo parlamentar do partido era acrescido o fato de que os deputados tinham um mandato absolutamente livre. Não eram responsáveis por sua atividade política nem frente à organização que tinha contribuído para sua eleição

nem frente aos eleitores, mas como se afirmava então, eles eram responsáveis “só diante da própria consciência” (Bobbio, 1993).

Este tipo de partido que na literatura sociológica é chamado de “partidos dos notáveis”, por sua composição social, ou partido do “comitê”, por sua estrutura organizativa, ou de “representação individual”, pelo gênero de representação que exprimia, é o que prevalece durante todo o século XIX na maior parte dos países europeus (Bobbio, 1993). Na classificação de Duverger são chamados de “partidos de quadros” e são classificados em dois tipos: o europeu e o americano.

De acordo com Duverger, os partidos de quadros não visam agrupar um número de participantes tão grande quanto possível, e sim a reunir os mais notáveis. A qualidade importa mais que a quantidade para eles. Estes mais notáveis são procurados por causa de seu prestígio que lhes confere uma influência moral, ou por causa de sua fortuna, que lhes permite ajudar a cobrir as despesas das campanhas eleitorais.

Nos decênios que precederam e se seguiram aos fins do século XIX a situação começou a mudar após o desenvolvimento do movimento operário. As transformações econômicas e sociais produzidas pelo processo de industrialização levaram à política as massas populares cujas reivindicações se expressam inicialmente em movimentos espontâneos de protesto, encontrando canais organizativos sempre mais complexos até a criação dos partidos dos trabalhadores.

É precisamente com o aparecimento dos partidos socialistas – na Alemanha em 1875, na Itália em 1892, na Inglaterra em 1900, na França em 1905, que os partidos assumem conotações completamente novas: um séquito de massa, uma organização difusa e estável com um corpo de funcionários pagos para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático (Bobbio, 1993).

Para tal fim, era preciso educar as massas, torná-las politicamente ativas e conscientes do próprio papel. Havia o problema do financiamento. Faltando os notáveis que

financiassem a atividade e a organização política, foi introduzido o sistema das “quotas”, isto é, as contribuições periódicas que cada membro devia pagar ao partido.

A estrutura que se desenvolveu teve uma estrutura de tipo piramidal. Na base havia as uniões locais, com a finalidade de enquadrar todos os membros do partido pertencentes a um dado espaço territorial (bairro, cidade, país). A cúpula era constituída pela direção central, eleita pelos delegados enviados pelas seções ao Congresso Nacional que era o órgão máximo de deliberação dentro do partido, o qual estabelecia a linha política a que deviam sujeitar-se todas as instâncias do partido. Era também função das assembleias do partido escolher os candidatos às eleições que, uma vez eleitos, tinham mandato imperativo e eram obrigados a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar.

Este modelo, denominado por Bobbio como “partido de aparelho” ou “partido de organização de massa”, se aplica sobretudo ao partido social-democrático alemão no período da sua linha revolucionária, mas caracteriza, de uma certa maneira, também, os partidos socialistas francês e italiano.

Na classificação de Duverger, são os “partidos de massa”. De acordo com este autor, a técnica dos partidos de massa foi inventada há mais de meio século pelos movimentos socialistas. Foi a seguir adotada pelos partidos comunistas, pelos partidos fascistas e, mais recentemente, pelos partidos dos países subdesenvolvidos. Certos partidos democrata-cristãos são igualmente partidos de massa, mas sua estrutura não apresenta em geral qualquer originalidade, tendo sido calcada pela dos partidos socialistas.

Como aponta Bobbio, a introdução do sufrágio universal ou de um sufrágio muito generalizado, a rápida expansão dos partidos operários nos países em que estes estavam radicados e sua parcial ou total integração no sistema político, estava destinada a produzir mudanças graduais até nos partidos da burguesia. No início, os notáveis não se mostraram muito favoráveis à formação dos partidos de massa.

O medo de ver ameaçada a própria posição de preeminência de uma democratização dos seus partidos ou de ver colocada em discussão a própria concepção da política ou os próprios critérios de gestão do poder produziram nos notáveis uma acentuada hostilidade em relação aos partidos de massa. Além disso, tendo em mãos as principais levas do poder político e podendo contar com a ação do exército e da burocracia, os partidos da burguesia puderam impedir, durante um certo período, a integração política dos partidos dos trabalhadores e neutralizar, portanto, a concorrência do mercado político.

A atividade crucial do partido é a escolha dos candidatos para as eleições, que devem corresponder a toda uma séria de requisitos aptos para aumentar o potencial eleitoral do partido. Por esta razão, ganham ainda importância os notáveis, que, precisamente pelo fato de ocuparem posições-chaves na sociedade civil, podem procurar para o partido grande clientela e fornecer parte dos meios econômicos necessários para o financiamento da atividade eleitoral.

Ao mesmo tempo, a conquista das posições de poder político e a gestão dos negócios públicos em nível nacional e local fazem aumentar os recursos eleitorais dos partidos que a partir dessas posições podem corresponder às exigências de variados grupos da população e merecer seu apoio.

Segundo Bobbio (1993), houve tentativas de transformar alguns partidos eleitorais de massa em partido de aparelho. Contudo estas tentativas jamais se realizaram completamente, assistindo-se, de outra parte, a uma progressiva modificação dos partidos de aparelho. Em particular, eles foram perdendo algumas de suas características essenciais, como a alta participação das bases na vida do partido, a contínua ação de educação moral e intelectual das massas, a precisão do programa político e o apelo à transformação da sociedade. Do lado contrário, se acentuou sua orientação eleitoral e o empenho maciço em ampliar sua influência para além das próprias bases tradicionais e a importância sempre crescente da atividade parlamentar. Assistiríamos, assim, a um processo de homogeneização dos partidos.

As razões para isso são de ordem política e social, conforme assinala Bobbio (1993). A possibilidade real ou potencial da gestão do poder político, a relativa estabilização da situação social e, em consequência, a menor participação política das massas, fez com que os partidos operários abrandassem os apelos de classe em benefício de uma imagem de si mesmos que pudesse merecer o assentimento de vários setores da sociedade: a referência às solicitações e aos interesses de uma determinada classe foi acompanhada ou substituída por programas e apelos cujo conteúdo realça o “interesse nacional” e, em geral, as aspirações globais da sociedade. Tudo isto trouxe consequências mesmo em nível de estrutura organizacional.

Este processo de transformação atingiu, de forma mais ou menos calculada, os principais partidos de articulação européia. Obviamente os partidos podem encontrar limitações, mais ou menos rígidas, às suas tendências do “tudo serve”: certos interesses claramente em contraste com os da sua base tradicional não podem ser representados, a não ser que se queira incorrer na defecção eleitoral dessa mesma base; da mesma maneira, as persistentes tradições políticas de classe podem desaconselhar uma propaganda interclassista muito ousada. Porém, em geral, os partidos superam tais obstáculos evitando assumir posições claras sobre problemas capazes de criar divisões e conflitos dentro do país, lutando pela conquista do poder político com plataformas eleitorais e sistemas de gestão do próprio potencial que não se diferenciam substancialmente dos de outros partidos, mas são até semelhantes a eles sob muitos aspectos (BOBBIO, 1993).

A aparição dos partidos de massa, quer sob a forma de partidos de aparelho, que sob a forma de partidos eleitorais, tornou crucial um problema que na bibliografia sociológica e política foi muito debatido desde o aparecimento dos partidos. É o problema de suas funções.

O problema das suas funções tornou-se não apenas uma questão de análise e teoria política, mas também e sobretudo uma questão política que inevitavelmente suscitou respostas contrastantes e muitas vezes polêmicas.

Que os partidos transmitem o que nos livros de sociologia e de política se chama de “questionamento político” da sociedade e que, através dos partidos, as massas participem no processo de formação das decisões políticas, são as duas funções que unanimemente são reconhecidas para os partidos.

Por outro lado, ao momento da participação no processo político, pertencem atos como a organização das eleições, a nomeação de pessoal político e a competição eleitoral; através disso, o partido se constitui sujeito de ação política e é delegado para agir no sistema a fim de conquistar o poder e governar.

O modo como os partidos exercem essas duas funções, a prioridade dada a uma ou a outra, é o que diferencia empiricamente os próprios partidos, constituindo também o objeto das respostas contrastantes presentes nos estudos da matéria e das polêmicas políticas sobre os partidos e seu funcionamento.

Os partidos dos notáveis não tinham necessidade nem de uma organização nem de procedimentos muito complexos para transmitir o questionamento político da própria base social e para nomear e controlar os próprios representantes oficiais.

Com os partidos de massa a situação é diferente e de necessidades muito mais complexas. Os partidos de massa são constituídos de uma maioria de seguidores, que aderem ao partido por razões diversas, e por uma minoria de profissionais da política – o círculo interno -, que toma todas as decisões importantes, define a linha política, controla as nomeações apesar do possível dissenso ou dos interesses reais das bases do partido. Isto deveria atribuir-se, essencialmente, a uma lógica do tipo organizativo.

Segundo Michels, uma participação política difundida necessita de estruturas organizativas complexas, mas é exatamente a existência da organização que produz necessária e inevitavelmente tendências oligárquicas. Ao nível de sistema político geral, a consequência seria naturalmente a negação de grande parte das instâncias democráticas que os partidos deveriam representar.

A interpretação de Michels foi criticada porque ela apresenta como “lei” um fenômeno que pode verificar-se em algumas circunstâncias históricas, pode ser uma tendência em outras ou pode até nem apresentar-se de fato em outros casos ainda. O modo de funcionamento dos partidos não é uniforme.

Para dar uma resposta que tenha em conta esta variedade de funcionamento e que ao mesmo tempo seja empiricamente verificável põe-se a hipótese de que, tanto a transmissão do questionamento político como o processo de delegação estão estreitamente ligados ao fenômeno da participação política. Dentro desta hipótese, os tipos e os modos de transmissão do questionamento político, assim como as várias modalidades de formação da delegação derivam, em grande parte, do tipo e da intensidade de participação política existente em sistemas políticos diversos e em diversas circunstâncias históricas.

Segundo Duverger, em cada país, durante um período mais ou menos longo, o número de partidos, sua estrutura interna, suas ideologias, ou até mesmo suas respectivas dimensões, suas alianças e seus tipos de oposição apresentam certa estabilidade.

Para concluir, Bobbio afirma que se o fenômeno “partido” como configuração organizativa e como conjunto de funções por ele desenvolvidas mostra, em termos gerais, uma tipicidade própria, do ponto de vista concreto e analítico se apresenta de modo muito diferente pelo que, para captar sua especificidade e a relevância atual num dado sistema político, é necessário vê-lo inserido na estrutura econômico-social e política de um determinado país, num bem definido momento histórico.

2.4 Os sistemas de Partidos

Sistema de partidos pode ser definido como o conjunto estruturado formado pelas relações ora de oposição, ora de cooperação que existem entre os partidos políticos que agem no palco político de uma mesma sociedade política (SEILER, 2000).

O estudo científico dos sistemas partidários é contemporâneo do estudo dos partidos políticos e tem a mesma idade da ciência política. Todavia, segundo Seiler, um único dentre os pais fundadores consagrou-se a isso: James Bryce. Foi continuado por aqueles que Lapalombara e Weiner qualificam de institucionalistas, substituídos pelos historiadores.

Bryce abordou os partidos políticos principais sob o ângulo dos sistemas de partidos. Para ele, o sistema de partidos dá ao observador a chave que lhe possibilita compreender os sistemas políticos.

Duverger propõe uma tipologia dos sistemas de partidos baseada no número. Ele opõe, portanto, o bipartidarismo ao multipartidarismo. Sartori aperfeiçoa o modelo de Duverger ao reavaliar os conceitos de bipartidarismo e de multipartidarismo e ao estabelecer uma sutil distinção entre polaridade e polarização.

Se Sartori retoma de Duverger os conceitos clássicos de bipartidarismo e de multipartidarismo, ele, entretanto, lhes modifica o teor. Ele os aperfeiçoa por meio de conceitos de dependências, de pólos e de competitividade, rompendo com aquilo que o critério matemático do número dos partidos representados no Parlamento poderia ter de mecânico.

Em Sartori, nem o bipartidarismo, nem o multipartidarismo se fundam unicamente no número. O critério decisivo é o dos partidos que influenciam verdadeiramente o jogo parlamentar, com os quais é preciso contar quando se quer constituir um governo durável e mesmo que nem sempre se trate de partidos freqüentáveis para constituir uma coalizão.

Haverá, então, bipartidarismo quando, não obstante o número dos partidos representados no Parlamento, o sistema funcionar com a alternância dos dois mesmos grandes partidos.

Bipartidarismo e multipartidarismo só são concebíveis quando esclarecidos por um segundo conceito, o de polaridade/polarização. De fato, o bipartidarismo supõe que cada

partido com vocação majoritária, que ambiciona governar sozinho, corresponde um pólo de oposição. Em compensação, o multipartidarismo supõe, pelo menos, dois, e muitas vezes mais.

No caso do multipartidarismo bipolar, encontramos a situação clássica em que se opõe duas coalizões de partidos: direita/esquerda na França ou esquerda/burguês na Escandinávia. Quando o multipartidarismo é multipolar, a combinatória das coalizões possíveis revela-se muito maior, e alguns podem tornar-se o eixo de coalizões diferentes.

À polaridade podem ser acrescentados os efeitos da polarização. Para que haja polarização, é preciso que exista, ainda por cima, uma situação de forte tensão em que os conflitos se focalizam nos pólos de oposição.

Segundo Seiler (2000), bipartidarismo e multipartidarismo só têm sentido nos sistemas competitivos. Num sistema competitivo, cada partido nutre, legitimamente, a esperança de chegar ao governo pela via legal. Mesmo que – caso dos partidos dominantes – a alternância não seja algo freqüente, a oposição tem a possibilidade legal de ganhar as eleições.

3. PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

3.1 Introdução

Para compreender o sistema partidário brasileiro atual, temos que buscar suas raízes no período pós-1945. Isto porque, nos últimos 60 anos, o sistema partidário brasileiro passou por dois “realinhamentos” forçados pelo regime militar (1964-1985): em 1965-1966 e em 1979-1980. Após a redemocratização (1985), o sistema partidário apresentou uma expansão até 1993, quando se iniciou um “encolhimento” (FLEISCHER, 2004).

3.2 Império e Primeira República (1822-1930)

Depois da Independência, em 1822, o Brasil foi uma monarquia até 1889. Mas foi no segundo reinado (1840-1889) que o sistema partidário brasileiro se tornou mais consolidado, com um sistema bipartidário com o Partido Liberal e o Conservador alternando no poder (FLEISCHER, 1998). Em 1870 foi organizado o Partido Republicano, que começou a lutar contra a Monarquia.

Na Primeira República (1889-1930), os clubes republicanos em cada estado se transformaram em Partidos Republicanos Estaduais. Uma vez institucionalizado o poder político civil em 1898, a política nacional passou a ser dominada pelos dois maiores partidos: o PRP de São Paulo e o PRM de Minas Gerais (FLEISCHER, 2004). Líderes estaduais destes dois partidos estaduais dominaram as atividades do Congresso Nacional e se revezaram na presidência da República. Era o chamado sistema de “Café com Leite” (SOUZA, 1976).

O processo político neste período foi baseado no coronelismo, o qual era baseado no suporte mútuo entre os fazendeiros locais e seus trabalhadores, onde estes últimos votavam de acordo com o desejo dos proprietários de terras em troca de proteção ou assistência. A essência do compromisso coronelista: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais, da parte da situação estadual,

carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais (LEAL, 1993).

Nem todo coronel é aliado do oficialismo estadual. Mas a situação oposicionista, no âmbito municipal, é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pode ficar com o governo. O maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário (LEAL, 1993).

3.3 Estado Novo (1930-1945)

Este sistema, incapaz de se transformar para enfrentar novos desafios sociais e econômicos da época, se tornou decadente no final da década de 1920. Foi derrubado pela Revolução de 1930 liderada pelo ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas (FLEISCHER, 2004).

Durante o Primeiro Período de Vargas (1930 e 1945), a atividade político-partidária foi restrita ao período de 1933 a 1937, mas o sistema ainda se baseou em agrupamentos estaduais e algumas tentativas de organizar movimentos ideológicos em nível nacional, espelhando a polarização direita-esquerda da Europa nos anos 30 (FLEISCHER, 2004).

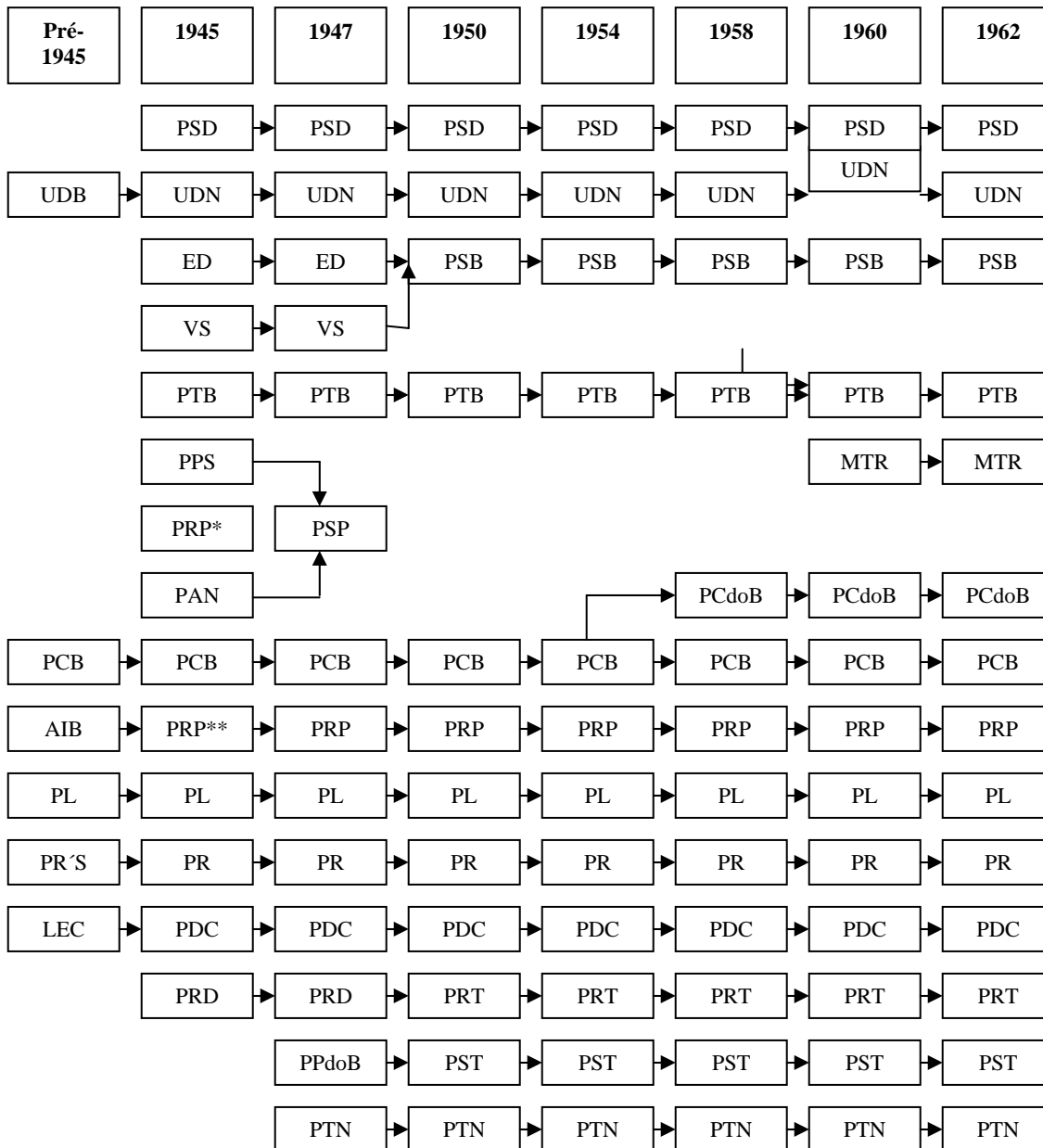
3.4 Experiência Pluripartidária (1945-1965)

Como ressalta Fleischer (2004), este foi um período marcado pelo retorno ao estado de direito, com a Constituição de 1946. Souza (1976), citado por Fleischer (2001), diz que esse sistema iniciou-se com um pluralismo moderado em 1945 e acabou num pluralismo exacerbado após as eleições parlamentares de 1962.

De acordo com Fleischer (2004), finalmente foram organizados partidos em âmbito nacional, embora apenas tenham apresentado uma abrangência realmente nacional.

Fleischer, ao mostrar o quadro partidário deste período, faz a divisão em partidos grandes (PSD, UDN e PTB), médios (PSP e PDC) e pequenos (vide Figura 1). Diz que entre 1945 e 1965, o Brasil chegou a ter 13 partidos representados no Congresso Nacional, conforme pode ser visto na figura abaixo.

FIGURA 2. Genealogia dos partidos políticos brasileiros, 1945-1965



Fonte: Marques & Fleischer, 1999:14, em Fleischer 2004.

* Partido Republicano Populista

** Partido da Representação Popular

O Partido Social Democrático foi organizado por Getúlio Vargas em 1945, segundo Fleischer, baseado no seu sistema de dominação unitária implantado durante o Estado Novo (1937-1945). Conforme assinala Soares (1981), o PSD representava o situacionismo da época da ditadura.

Inicialmente, o PSD era dominante no Congresso Nacional. Perdeu espaço ao longo do período, ainda que tenha se mantido como maior partido. Chegou a eleger dois presidentes da República: o general Eurico Dutra (1945) e Juscelino Kubitschek (1955).

Para arregimentar a população urbana, a máquina varguista, baseada no Ministério do Trabalho e nos sindicatos por este tutelados, fundou o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Mesmo sendo numericamente modesto, conforme ressalta Fleischer, o PTB cresceu, chegando a rivalizar com o PSD em 1963. Elegeu um presidente (1950) e o vice-presidente João Goulart duas vezes (1955 e 1960), que assumiu a presidência em 1961, para o período que se estenderia até 1964. O PTB foi extinto pelo regime militar em 1965 (FLEISCHER, 2004).

Sobre o crescimento do PTB, Soares (1981) diz que devido ao fato de que o PTB não dispunha, em 1945, de uma extensa rede organizacional no nível municipal, os limites para sua expansão eleitoral através de um penoso trabalho de estabelecimento de células e diretórios nos municípios eram altos. Comparando as eleições municipais de 1947-1948 com as de 1954-1955, efetivamente, observamos uma notável expansão do peso eleitoral do PTB.

A UDN (União Democrática Nacional), herdeira da União Democrática Brasileira, quase se insurgiu contra Vargas nas eleições marcadas para janeiro de 1938 (mas que foram canceladas pelo golpe de Estado de 1937) e aglutinou forças de oposição a Vargas nas áreas rurais e urbanas (FLEISCHER, 2004). A UDN também chegou a ocupar a presidência da República. Foi em 1954-1955, com Café Filho, e entre janeiro e agosto de 1961, na gestão Jânio Quadros.

Citando Benevides (1981) e Dulci (1986), Fleischer destaca que a UDN foi superada como o segundo maior partido no Congresso pelo PTB em 1955, no Senado, e em 1963, na Câmara.

O Partido Democrata Cristão (PDC), na classificação de Fleischer um partido médio, foi organizado em 1945, baseado em parte, na Liga Eleitoral Católica dos anos 30. Segundo o mesmo autor, a sua liderança inicial coube a intelectuais leigos, muitos deles professores universitários. No início da década de 60, o PDC já contava com outros profissionais liberais, empresários mais modernos e alas operárias, estudantis e universitárias.

Ressalta Fleischer que o PDC elegeu vários governadores e chegou a ser o quinto maior partido no Congresso em 1963. No final do período, citando Aleixo (1968) e Vianna (1981), Fleischer concluiu que o PSD estava dividido em alas distintas, de esquerda, centro e direita, que tomariam rumos diferentes após a extinção da legenda em 1965.

Outro partido médio, o Partido Social Progressista (PSP) foi um veículo pessoal de Ademar de Barros, interventor (1939-1941) e governador eleito duas vezes em São Paulo (1947 e 1962). Segundo Fleischer, em 1950, o partido participou de uma coligação que elegeu Getúlio Vargas, e esse apoio lhe rendeu a Presidência da República durante um curto período após a morte de Getúlio (1954-1955).

Outros partidos, Fleischer classifica como ideológicos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Esquerda Democrática (ED).

Com relação ao PCB, o autor o classifica como o mais “histórico” dos partidos brasileiros, organizado em 1922. O partido, que conheceu a legalidade apenas entre 1945 e 1948, teve uma atuação destacada na clandestinidade até 1964. Em 1947, o PCB já era o quarto maior partido no Congresso Nacional, assustando o conservador governo Dutra

quando derrotou o PTB na maioria das eleições sindicais. Segundo Fleischer, o PCB passou, a partir de 1950, a eleger seus quadros por outras legendas.

O PRP, herdeiro do integralismo (AIB) nos anos 30, foi conduzido por seu “líder máximo”, Plínio Salgado. Citando Trindade (1974), Fleischer afirma que, de ideologia fascista, o PRP participou de alguns governos estaduais por meio de coligações.

O PSB, fundado com a fusão da Esquerda Democrática e da Vanguarda Socialista em 1950, ficou restrito a um pequeno grupo de intelectuais e não conseguiu ocupar espaço político deixado pela proscricção do PCB.

A Esquerda Democrática, pequeno agrupamento de socialistas fabianos que deixaram a UDN antes das eleições, em dezembro de 1945, quando elegeram dois constituintes (Hermes Lima e Domingos Vellasco). Conforme ressalta Fleischer, em 1947, a ED elegeu alguns poucos deputados estaduais em Goiás e no Distrito Federal e, em 1950, reuniu-se com a Vanguarda Socialista para fundar o PSB.

Há várias hipóteses sobre o esfacelamento do sistema partidário de 1945 a 1965 (SOUZA, 1976; SOARES, 1973 e 2001), que em parte são refutadas por Lavareda (1991). Mas, como ressalta Fleischer, uma das causas, sem dúvida, foi a legislação eleitoral (desigualdades regionais, lista aberta, coligações sem sublegenda, ausência de cláusula de exclusão), que permitiu a proliferação de legendas fracas, sem consistência e dificultou a formação de alianças coesas e permanentes no Congresso.

Foram os resultados das eleições de 1965 e os imperativos do regime militar que forçaram uma antecipação do realinhamento do sistema pluripartidário de então por vias autoritárias (FLEISCHER, 2004).

3.5 O Bipartidarismo (1966-1979)

O Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos existentes desde a instituição do pluripartidarismo com a redemocratização em 1945. Após 20 anos de multipartidarismo, a classe política foi obrigada a reagrupar-se em apenas duas agremiações, embora teoricamente a legislação comportasse três (FLEISCHER, 1981).

Já havia uma tendência bipartidária dentro do legislativo, desde o começo da Quarta Legislatura (em 1959), quando se formaram dois grandes blocos de ação parlamentar: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP).

Por meio de negociações no final de 1965 e o início de 1966, conseguiu-se arregimentar um número de parlamentares suficientes (um terço da Câmara e do Senado) para formar dois novos partidos: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era governista e o MDB oposição.

A grande maioria da UDN (90%) foi para a ARENA. Os 10% restantes foram para o MDB. No PSD, a divisão foi mais equilibrada. 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. O PTB não se dividiu tão radicalmente quanto a UDN, porém mais um pouco que o PSD. Cerca de 70% foram para a ARENA e 30% para o MDB. No caso dos demais partidos, a grande maioria dos adeptos do PSP foi para a ARENA. Com a cassação e posterior morte do seu líder, Ademar de Barros, alguns passaram para o MDB nas eleições de 1966, mas nas eleições de 1970, voltaram ao seio da ARENA, pois “fora do governo não dava” para os antigos pessepistas (FLEISCHER, 1981).

O PDC e o PST foram na maioria para a ARENA; os adeptos dos PTN e do PRT se dividiram entre os dois novos partidos; os do PR, PL e PRP foram na sua totalidade para a ARENA; enquanto 2/3 dos pessebistas para o MDB (FLEISCHER, 1981).

Após as eleições de novembro de 1966, onde Fleischer (1981) conseguiu identificar as afiliações partidárias de 403 deputados (98,5%) com os ex-partidos, viu que a situação

do ex-PTB piorou (23% a menos); a do ex-PSD ficou estável; e da ex-UDN melhorou bastante (27% a mais).

Na legislatura de 1971-1975, Fleischer identificou algumas mudanças na legislação eleitoral com efeitos severos sobre a classe política e os deputados federais em particular. A saber: (1) passou-se a calcular a representação de cada estado sobre o total de eleitores alistados, e não sobre a população; (2) por sua vez, esta medida reduziu o número de deputados na Câmara de 409 para 310; e (3) por causa das desigualdades regionais no país, vários estados tiveram as suas bancadas reduzidas violentamente, prejudicando mais o Norte e Nordeste.

Fleischer identificou uma queda de 42% dos ex-petebistas, provavelmente, segundo ele, devido às cassações após a implantação do AI-5, que os afetou desproporcionalmente, e ainda porque a bancada do MDB foi reduzida a quase metade. O número de deputados adeptos do ex-PSD e a ex-UDN também caiu bastante, 40% e 27%, respectivamente. Agora a ex-UDN aparece como o maior bloco na Câmara.

Na legislatura seguinte (1975-1979) verifica-se que o ex-PTB cresce um pouco (12%); que o grupo de ex-pessedistas aumenta numa razão de 24%; a ex-UDN sofre uma ligeira queda de 5%; alguns dos pequenos ex-partidos tiveram as cifras reduzidas, como é o caso do PTN, PRP e PSB; outros ganharam novas adesões, como o PST, PR e PRT; e novamente o ex-PSD volta a sua posição de maior contingente na Câmara dos Deputados.

A tendência oposicionista do eleitorado, cada vez mais urbano, se manteve nas eleições municipais de 1976, apesar de algumas restrições impostas pelo governo. Não obstante, o governo Geisel, segundo Fleischer (2004), optou por desacelerar o ritmo da abertura política, temendo maioria oposicionistas nas duas do Congresso resultante da eleição de 1978. Ao mesmo tempo, o MDB elegeu por via direta os governadores nos seus estados onde obteve maioria legislativa em 1974 (FLEISCHER, 1980).

Para manter a situação sob controle, o presidente Geisel outorgou o chamado “Pacote de Abril”, em 1977, tornando a eleição indireta para uma das vagas no Senado, mantendo a eleição indireta para governadores por colégios eleitorais estaduais manipulados para favorecer a ARENA e modificando as normas da eleição para deputado com o mesmo objetivo (FLEISCHER, 2004).

Na análise da legislatura de 1979-1983, Fleischer (1981) constata que em dois aspectos os resultados são iguais aos de 1975. Primeiro que a ex-UDN se mantém estável. Segundo, que o ex-PSD continua crescendo numericamente. Já o ex-PTB sofre uma queda novamente, porém seu contingente na ARENA aumenta. As bancadas dos ex-PR se mantêm com 13 deputados, três vezes mais que a sua bancada em 1963, e finalmente o ex-PL desaparece por completo.

Mesmo com esses casuísmos, o último governo militar, de João Figueiredo (1979-1985) percebeu que, com a situação econômica e social cada vez pior e com a crescente insatisfação da população, era necessário abrir espaço para uma maior negociação política entre o governo e o Congresso.

Assim, justamente quando o MDB se fortaleceu, quase se tornando um “partido de massa”, o governo militar decidiu promover um novo realinhamento partidário extinguindo a ARENA e o MDB, para criar um novo pluripartidarismo, agora “moderado”, com cinco ou seis partidos. O bipartidarismo foi extinto, em 1979, por uma lei aprovada pelo Congresso Nacional (FLEISCHER, 2004).

3.6 Novo Pluripartidarismo (1980-2006)

Fleischer (2004) ressalta que o novo pluripartidarismo teve duas fases e parece estar entrando numa terceira. Nos últimos cinco anos do regime militar (1980-1985), funcionou um regime pluripartidário, com seis partidos e depois cinco. Nos governos civis (Sarney, de 1985 a 1990; Fernando Collor, de 1990 a 1992; Itamar Franco, de 1992 a 1994; e Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002), foram feitas mudanças na legislação o que facilitou a

criação de novas legendas. Em 1991, por exemplo, mais de quarenta partidos tinham registro no Tribunal Superior Eleitoral. Hoje, são 30 partidos.

3.6.1 De 1980 a 1985

Estrategistas do governo Figueiredo perceberam que havia facções mal acomodadas no MDB e na ARENA. Para sair do bipartidarismo para um pluralismo moderado, visavam uma configuração que compreendia:

- partidos sucessores: da ARENA, o PDS, e do MDB, o PMDB;
- um partido de centro, o PP, formado por moderados do ex-MDB;
- o surgimento de um novo partido trabalhista, nos moldes do antigo PTB, liderado por Leonel Brizola e Ivete Vargas;
- Um partido “obreiro”, com base no novo sindicalismo emergente na região Sul e Sudeste: o Partido dos Trabalhadores (FLEISCHER, 2004; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992).

Depois de muitas negociações entre partidos, esses grupos conseguiram arrematar as bancadas no Congresso Nacional em março de 1980 (FLEISCHER, 2004).

O antigo MDB foi dividido. Assim, o PMDB ficou apenas com metade dos seus deputados. Divergências entre facções de Brizola e Ivete resultaram na criação do PDT. O PT aceitou a filiação de cinco deputados e um senador vindos do MDB (FLEISCHER, 2004; SOARES e VALE, 1985).

Os casuísmos eleitorais no governo Figueiredo, em 1981, levaram o PP a sentir-se inviabilizado. Decidiu, portanto, se reincorporar ao PMDB. Com isto, o PMDB voltou a ter a mesma força política do ex-MDB na Câmara (45%) e superou a marca do ex-MDB no Senado (40,3% contra 37,3%). Em junho de 1982 a maioria governista no Congresso aprovou uma emenda que, dentre outras coisas, permitiu a saída de 20 deputados do novo PMDB para o PTB e o PDS (FLEISCHER, 2004).

Em 1984, por conta da sucessão presidencial, houve uma cisão no PDS. Uma facção liberal dentro do partido, liderada pelo então vice-presidente Aureliano Chaves, o senador Marco Maciel e o senador então presidente do PDS José Sarney, defendia a realização de uma eleição prévia interna no PDS para escolher o candidato. O grupo majoritário governista defendia articulações informais confirmadas numa convenção nacional do partido (FLEISCHER, 2004 e LAVAREDA, 1985).

O grupo dissidente (Frente Liberal) formou a “Aliança Democrática” com o PMDB e lançou a chapa Tancredo Neves e José Sarney. A convenção do PDS escolheu Paulo Maluf para presidente e Flávio Marcílio para vice. Tancredo e Sarney venceram a disputa.

Com a constituição formal do PFL (Partido da Frente Liberal), o sistema partidário diversificou o pluripartidarismo em três pólos: PDS, PMDB e PFL (FLEISCHER, 2004).

3.6.2 De 1985 até 2006

Em maio de 1985, o Congresso Nacional aprovou uma emenda que, dentre outras coisas, liberou a formação de novos partidos políticos. Por parte da “esquerda”, saíram da clandestinidade três partidos comunistas: o PCB, o PC do B e o PSB. Também foram criados o PDC e o PL. Aumentou de 5 para 11 o número de partidos.

Em 1988 foi criado o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, que tinha 10,7% da Assembléia Nacional Constituinte. (MARQUES e FLEISCHER, 1999). Outros cinco partidos disputaram as eleições de novembro de 1988 (PJ, PSC, PSD e PMB). Diante do surgimento de tantos partidos, o PMDB perdeu espaço. Naquele pleito, o partido, que detinha 75 das 100 maiores prefeituras do país, passou a controlar apenas 20 (FLEISCHER, 1996).

Em 1989 o sistema partidário brasileiro teve nova expansão. O Tribunal Superior Eleitoral habilitou 22 partidos para disputar a eleição presidencial de 1989. Nas eleições gerais de 1990, 19 partidos conseguiram eleger representantes para o Congresso Nacional.

Conforme ressalta Fleischer (2004), em antecipação à adoção de possíveis restrições legais aos pequenos partidos nas eleições de 1994, ocorreram duas fusões partidárias no primeiro semestre de 1993: PDS e PDC formaram o PPR, e PST e PTR formaram o então PPB, hoje PP.

Em 2005, foi criado o PSOL a partir de uma dissidência dentro do PT causada por divergências quanto à reforma previdenciária encaminhada pelo presidente Lula ao Congresso Nacional. Um dos pontos mais polêmicos da reforma era a instituição da contribuição previdenciária para servidores públicos inativos.

TABELA 1 - Partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral – Dezembro de 2005

SIGLA	NOME
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB(PSD)*	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PFL	Partido da Frente Liberal
PL (PST/PGT)**	Partido Liberal
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PSC	Partido Social Cristão
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PP	Partido Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (Antigo PRT)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PCO	Partido da Causa Operária
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PSL	Partido Social Liberal
PMR	Partido Municipalista Renovador
PSOL	Partido Socialismo E Liberdade

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral in www.tse.gov.br (2006)

(*) Incorporação do PSD ao PTB

(**) Incorporação do PST e do PGT ao PL.

CAPÍTULO 4 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Dois anos antes, em 1978, a discussão sobre o partido é tratada de forma intensa pela mídia. O partido já estava concebido, mas as greves de 1979 foram decisivas para a sua gestação (SINGER, 2001).

Na primeira comissão provisória, de 16 membros, 12 eram sindicalistas. Entretanto, no final dos anos 80, dos 20 membros (14 efetivos e seis suplentes) que assumem a Comissão Executiva Nacional do PT em 1988, apenas dez têm origem sindical e, destes, só quatro vêm do sindicalismo operário. (SINGER, 2001).

Posto como opção para romper com antigos vícios da política brasileira, o PT atraiu também, no decorrer de 1979, setores variados e heterogêneos da sociedade. Entre os professores universitários que se aproximaram do PT, havia um que, naquele momento, transitava da academia para o Congresso: o então suplente de senador pelo MDB de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1978, com apoio de Lula no ABCD. FHC fazia parte de uma articulação que envolvia, entre outros, políticos como o deputado estadual do MDB paulista Eduardo Suplicy e o ex-ministro do Trabalho Almino Affonso. Havia nela também intelectuais como Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Paul Singer. As discussões tinham em vista formar um partido amplo, de orientação socialista democrática. (SINGER, 2001)

O cientista político Leôncio Martins Rodrigues (1990) citado por Singer (2001) afirma que o partido, pela predominância de professores e profissionais liberais, deve ser caracterizado, então, como de “classe média assalariada”. Segundo Rodrigues, da composição original restaria o carisma de Lula e a presença dos metalúrgicos para contrabalançar a ascensão dos outros segmentos no interior da legenda.

Sem os metalúrgicos e a liderança carismática de Lula, o PT provavelmente não seria mais do que um dos múltiplos pequenos grupos marxistas existentes no país ou um partido católico, democrata-cristão, ou talvez mais provavelmente social-cristão. (RODRIGUES, 1990)

De acordo com Singer (2001), a diminuição do peso dos sindicalistas na estrutura partidária é perceptível.

Entre as personalidades de maior destaque do partido no final do anos 90, havia a mescla típica do PT, porém mais equilibrada que a inicial. Ao lado de Lula, a principal liderança de oposição no país, o ex-bancário Olívio Dutra tornou-se governador do Rio Grande do Sul, e o também ex-bancário Zeca do PT, governador do Mato Grosso do Sul. A ex-favelada Benedita da Silva transformou-se em vice governadora do Rio. Em compensação, o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, é advogado. O deputado federal Aloizio Mercadante (SP), uma das estrelas ascendentes do partido, é economista. A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, é psicanalista, e o seu marido, Eduardo, senador e pré-candidato à Presidência da República, economista também, assim como outro possível pré-candidato, o ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque. Dois dos mais destacados representantes, respectivamente, da ala direita e da esquerda do partidos são historiadores: o deputado federal José Genoíno (SP) e o jovem Valter Pomar, terceiro-vice-presidente nacional. O presidente do partido, José Dirceu, é advogado. (SINGER, 2001).

Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores vem apresentando conquistas importantes em termos eleitorais, conforme pode ser visto a seguir.

4.1 Histórico do desempenho eleitoral do PT

4.1.1 Eleições presidenciais: 1989 a 2002

O Partido dos Trabalhadores disputou quatro eleições presidenciais: 1989, 1994, 1998 e 2002. Em todas elas o candidato foi Luiz Inácio Lula da Silva. Saiu derrotado nas três primeiras eleições e venceu no pleito de 2002.

O fato de contar com prefeitos em oito estados ajudará, por sua vez, Lula a competir, em 1989, ao cargo de presidente da República. Em particular, a presença nacional do PT será uma vantagem comparativa no campo da esquerda, no qual o outro concorrente, [Leonel] Brizola [PDT], tinha raízes sólidas, porém regionais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. (SINGER, 2001)

Nas eleições de 1989, havia mais de 11 candidatos. Fernando Collor (PRN) venceu o primeiro turno com 30,4% dos votos válidos. Lula teve 17,1%, muito pouco na frente do candidato do PDT, Leonel Brizola, que teve 16,5% dos votos válidos.

Os resultados do primeiro turno de 1989 evidenciaram equilíbrio entre esquerda e direita, renunciando, se os números fossem lidos à luz da identificação ideológica do eleitorado, o apertado confronto que ocorreria no segundo turno. Embora Collor individualmente tenha ficado bem acima dos demais candidatos, a direita como um todo teve um pouco mais de 38% dos votos, somados os sufrágios dados a Collor, Maluf, Aureliano e Caiado. A esquerda, por sua vez, não ficou longe disso: 32,7% (somados as votações de Lula, Brizola e Freire). Isso significava que o centro, com 20% dos votos (somados os sufrágios dados a Covas, Ulysses, Afif e Camargo), seria o fiel da balança. (SINGER, 2002)

Conforme Singer (2001), o pleito de 1989 representou um passo importante para o PT, pois começou aí a superar o PDT como o maior partido da esquerda, o que consolidaria na década de 90 e ajudaria o partido a tornar-se hegemônico no Rio Grande do Sul, o estado mais politizado do país.

TABELA 2 - Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1989

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Fernando Collor	PRN	28,5	30,4	20.611
Lula da Silva	PT	16,1	17,1	11.622
Leonel Brizola	PDT	15,5	16,5	11.168
Mário Covas	PSDB	10,8	11,5	7.790
Paulo Maluf	PDS	8,3	8,8	5.986
Guilherme Afif	PDC	4,5	4,8	3.272
Ulysses Guimarães	PMDB	4,4	4,7	3.204
Roberto Freire	PCB	1,1	1,1	769
Aureliano Chaves	PFL	0,8	0,8	600
Ronaldo Caiado	PDN	0,7	0,7	488
Afonso Camargo	PTB	0,5	0,5	379
Outros		2,3	2,5	1.732
Total votos válidos		93,6	100	67.626
Votos brancos/nulos		6,4		4.654
Total				72.280
Abstenções				9.793
Eleitorado				82.074

Fonte: Lamounier (1990), p.190, citando TSE in Singer (2002)

O segundo turno, disputado entre Collor e Lula, acabou sendo o primeiro grande confronto nacional polarizado entre esquerda e direita no Brasil. Antes de 1964, nunca a esquerda teve um candidato próprio disputando efetivamente a presidência da República. (SINGER, 2002)

TABELA 3 - Resultado do segundo turno da eleição presidencial de 1989

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Fernando Collor	PTN	50,0	53,0	35.085
Lula da Silva	PT	44,2	47,0	31.070
Total votos válidos				66.156
Votos brancos/nulos				4.094
Total abstenções				11.814
Eleitorado				82.056

Fonte: Lamounier (1990), p.190, citando TSE in Singer (2002)

Em setembro de 1992, Fernando Collor de Mello sofreu processo de *impeachment*. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco. De acordo com Singer (2001), o *impeachment* de Collor parecia pronunciar o melhor dos mundos para o PT na eleição presidencial de 1994.

O partido [PT], embalado pelas pesquisas de junho que apontavam Lula com mais de 40% das intenções de voto, quando o segundo colocado recebia menos de 20%, preparou-se para ocupar o Executivo Federal. Nesse contexto, a derrota de Lula foi um choque comparável ao de 1982 [referência ao fraco desempenho do partido nas eleições para o Congresso Nacional]. (SINGER, 2002)

Fernando Henrique Cardoso (PSDB), então ministro da Fazenda do ex-presidente Itamar Franco, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, que entrou em vigor em julho de 1994, lançou-se candidato à presidência da República. Pela quinta vez, desde o Plano Cruzado, em 1986, o Brasil mudava a denominação da sua moeda. Passava-se do Cruzeiro Real para o Real.

A URV fora criada em primeiro de março de 1994, tendo como objetivo permitir uma superindexação da economia que facilitasse a posterior desindexação.

A sincronização de salário, preços e demais rendimentos se deu, grosso modo, através das seguintes etapas:

1. Cálculo dos valores em URV dos salários e demais rendimentos, com base nos valores recebidos nos últimos quatro meses; para isso dividia-se o salário em cruzeiros pelo valor da URV na data do efetivo recebimento do salário.
2. Conversão dos salários à URV pela média aritmética (também em URV) dos quatro valores calculados em (1).
3. Passagem de todos os preços para URV aos valores (em cruzeiros reais) existentes quando da data de sua criação.
4. Fixação diário do valor da URV em cruzeiros reais até a data de substituição dos cruzeiros reais pelo novo numerário, o Real, o que se deu em 1º de julho de 1994 (o que implicava indexação diária dos preços). (CYSNE, 1999)

Conforme salienta Cysne (1999)

Esse processo visava mimetizar a sincronização de preços e salários gerada por uma hiperinflação, sem compartilhar de seus prejuízos à organização da economia. A diferença fundamental é que, ao invés de uma divisa estrangeira que passasse simultaneamente a servir como meio de conta e meio de troca, como ocorre em uma hiperinflação, a URV apenas se prestava à função de meio de conta (e não de meio de troca), sem implicar queda da demanda pela moeda não-indexada.

O aumento de preços passou de 50,75%, em junho, para 6,95%, em julho, e 1,95%, em agosto, de acordo com a Fipe-USP (Veja, 12 de outubro de 1994 citada por Singer, 2002).

Assim, as intenções de voto em Fernando Henrique Cardoso, um dos formuladores do Plano Real, começaram a aumentar consideravelmente. FHC que em junho de 1993 contava com 12%, segundo Datafolha, chega a 48% em outubro de 1994.

TABELA 4 - Evolução da intenção de voto para presidente da República na eleição de 1994 (%)

	Lula (PT)	Brizola (PDT)	FHC (PSDB)	Quércia (PMDB)	Enéas (Prona)	Amin (PPR)	Branco/Nulos	Indecisos
Junho/93	26	11	12	7			16	6
Agosto/93	27	7	10	7			20	6
Novembro/93	33	7	10	6			20	5
Dezembro/93	32	7	10	6			21	4
Fevereiro/94	30	9	11	7			13	8
Abril/94	37	10	21	8		3	12	7
Mai/94	42	8	16	7		3	14	9
Mai/94	40	7	17	8	2	3	11	9
Junho/94	41	7	19	6	2	3	11	11
Julho/94	38	7	21	7	2	3	13	11
Julho/94	34	7	25	7	3	3	9	11
Julho/94	32	7	29	7	2	2	7	10
Agosto/94	29	6	36	6	3	2	7	11
Agosto/94	24	5	41	5	4	3	8	12
Agosto/94	23	5	43	4	4	2	7	10
Agosto/94	23	5	45	5	4	2	6	12
Setembro/94	23	4	44	5	4	2	6	11
Setembro/94	23	4	44	5	4	2	6	10
Setembro/94	21	4	45	6	5	2	7	9
Setembro/94	22	4	47	6	5	2	5	8
Setembro/94	23	3	47	5	6	2	5	
Outubro/94	22	4	48	5	6	2	8	
Resultado	22	3	44	4	6	2	19	

Fonte: Almeida (1996), p. 39, citando Datafolha in Singer (2002)

As projeções finais do instituto Datafolha se aproximaram muito do resultado final das eleições. Fernando Henrique Cardoso foi eleito em primeiro turno com 54,3% dos votos válidos. Lula, mais uma vez derrotado, ficou em segundo lugar, com 27%. Entretanto, vale salientar que Lula aumentou seu cacife eleitoral em relação ao primeiro turno de 1989, quando ele recebeu 11.622.673 votos. Em 1994, sua votação subiu para 17.126.291.

TABELA 5 - Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1994

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Fernando Henrique	PSDB	44,0	54,3	34.377
Lula da Silva	PT	21,9	27,00	17.126
Enéas Carneiro	PRONA	5,9	7,4	4.672
Orestes Quércia	PMDB	3,5	4,4	2.773
Leonel Brizola	PDT	2,5	3,2	2.016
Esperidião Amim	PPR	2,2	2,7	1.740
Carlos Gomes	PRN	0,4	0,6	287
Almirante Fortuna	PSC	0,3	0,4	238
Total votos válidos		81,2	100	63.332
Votos brancos/nulos		18,8		14.639
Total				77.971
Abstenções				16.770
Eleitorado				94.743

Fonte: O Estado de São Paulo, 18/10/94 in Singer (2002)

Do ponto de vista partidário, esses números mostram o quanto a aliança entre o centro e a direita deixou a esquerda em condições minoritárias. Mas, o clima menos radicalizado, embora a eleição tenha sido polarizada, e a perspectiva de fácil vitória de Fernando Henrique explicam em parte a elevação do número de abstenções, que subiu de 11,9%, em 1989, para 17,7%, em 1994. Contudo, houve uma elevação significativa dos votos nulos e brancos, que passaram de 6,4% em 1989, para 18,8%, em 1994, chamando a atenção para o crescimento da alienação eleitoral. Convém registrar, na mesma linha, o desempenho do candidato Enéas, cuja campanha foi feita com ênfase no repúdio aos políticos, que passou de 0,5% dos votos, em 1989, para 5,9%, em 1994, obtendo posição superior à de Quércia, Brizola e Amin. (SINGER, 2002)

Em 1998, pela primeira vez no Brasil, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, é permitida a reeleição de detentores de cargos eletivos no Poder Executivo federal, estadual e municipal. Ou seja, constitucionalmente, o então presidente Fernando Henrique Cardoso pode disputar mais um mandato presidencial no exercício do mandato.

Estabelecido o instituto da reeleição para presidente, o pleito de 1998 torna-se um desdobramento do ocorrido em 1994. Outra vez, a polêmica vai girar em torno do Plano Real e de Fernando Henrique, candidato agora de uma frente ainda mais ampla que a de 1994, com a participação do PMDB e do PTB. Dessa feita, entretanto, a esquerda também estrutura uma aliança, com Lula e Brizola a somar forças desde o primeiro

turno. O fato de que Brizola tenha aceitado concorrer como vice de Lula confirma a preeminência alcançada pelo PT no campo da oposição.

A chapa Lula-Brizola obtém 31,7% dos votos válidos, o que equivale à soma do que os dois haviam tido, separados, em 1994. A confirmar que a eleição de 1998 foi uma reedição da de 1994, observe-se que Fernando Henrique obteve a vitória em primeiro turno, com apenas um ponto percentual a menos o que havia conquistado no pleito anterior. Se 1998 mostra o peso da aliança governista, indica, por outro lado, que um terço do eleitorado estava com a oposição, na qual o PT passou, na década de 90, a desempenhar um papel central. (SINGER, 2002)

TABELA 6 - Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 1998

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Fernando Henrique	PSDB	43,13	53,06	35.922
Lula da Silva	PT	25,78	31,71	21.470
Ciro Gomes	PPS	8,91	10,96	7.424
Enéas Carneiro	PRONA	1,73	2,13	1.446
Brigadeiro Ivan Frota	PMN	0,30	0,37	251
Hélio Serkis	PV	0,25	0,31	212
Outros		1,16	1,43	972
Total votos válidos				67.701
Votos brancos/nulos				15.574
Total				83.275
Abstenções				22.777
Eleitorado				106.053

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 2002, em resposta à consulta do deputado federal Miro Teixeira (RJ), na época filiado ao PDT e hoje no PT, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) entenderam que partidos coligados no plano federal não poderiam se coligar a outro(s) diferentes(s) no plano estadual. Na prática, significava que partidos com candidatos a presidente da República não poderiam se coligar nos estados. A decisão ficou conhecida como verticalização das alianças. Em parte, a decisão do TSE e do STF pode explicar o pequeno número de candidatos à presidente da República.

Pela quarta vez consecutiva, o candidato do PT era Luiz Inácio Lula da Silva. O candidato apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso era o senador José Serra (PSDB). A vice na chapa de José Serra era Rita Camata, do PMDB. Anthony Garotinho, então candidato pelo PSB, era o candidato de esquerda que, em tese, poderia

retirar votos de Lula. Ciro Gomes (PPS), apesar de concorrer por um partido de esquerda, era mais percebido como de centro. Aliás, era filiado ao PSDB.

Diferentemente de todas as disputas anteriores, Lula terminou o primeiro turno em primeiro lugar com uma larga vantagem para o segundo colocado, superando em muito a votação que teve na eleição de 1998. Enquanto o candidato do PT obteve 46,44% dos votos válidos, José Serra ficou com 23,19%.

TABELA 7 - Resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 2002

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Lula da Silva	PT	41,61	46,44	39.436
José Serra	PSDB	20,78	23,19	19.694
Anthony Garotinho	PSB	16,01	17,87	15.176
Ciro Gomes	PPS	10,72	11,97	10.166
Zé Maria	PSTU	0,42	0,473	402
Rui Costa Pimenta	PCO	0,04	0,04	38
Total votos válidos				84.914
Votos brancos/nulos				9.848
Total				94.762
Abstenções				20.418
Eleitorado				115.184

Fonte: Iuperj in <http://jairnicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

No segundo turno, Serra e Lula receberam praticamente o somatório de votos dados aos outros dois candidatos mais votado, Anthony Garotinho e Ciro Gomes. Lula foi eleito presidente da República com 61,27% dos votos válidos, ou seja, 52.772.475.

TABELA 8 - Resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2002

<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% sobre o total de votantes</i>	<i>% sobre o total de votos válidos</i>	<i>Número de votos (mil)</i>
Lula da Silva	PT	57,59	61,27	52.772
José Serra	PSDB	36,40	38,72	33.356
Total votos válidos				86.129
Votos brancos/nulos				5.498
Total				91.627
Abstenções				23.555
Eleitorado				115.184

Fonte: Iuperj in <http://jairnicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

4.1.2 Eleições para governador: 1982 a 2002

Em 1982, o PT concorreu ao governo em 21 dos 22 estados da federação. Apenas não concorreu em Alagoas. Entretanto, não conseguiu eleger nenhum deles. Dos partidos que lançou candidatos aos governos estaduais, foi o que teve menor votação. Recebeu 1.589.645 votos, sendo que a grande maioria deles (1.144.648) vieram de São Paulo. Em comparação com os votos nacionais, o partido teve 3,67%.

A votação expressiva em São Paulo pode ser explicada pelo caráter regional do partido. O PT nasceu no Estado e não houve tempo (apenas 2 anos) para que ganhasse expressão nacional. Com exceção de São Paulo, onde Lula obteve 10,8% dos votos, e no Acre, onde o candidato do PT Nilson Mourão obteve 5,9%, em todos os demais estados onde disputou, o partido teve votação inferior a 4% dos votos válidos.

TABELA 9 - Eleições para governador em 1982 – Votação total por partido (1º turno)

Em mil

<i>ESTADOS</i>	<i>PMDB</i>	<i>PDS</i>	<i>PDT</i>	<i>PTB</i>	<i>PT</i>	<i>TOTAL</i>
Acre	36	33	0	3	4	78
Amazonas	201	164	0	4	5	374
Pará	501	461	0	7	11	981
NORTE	739	660	0	14	20	1.434
Maranhão	180	673	12	0,6	8	876
Piauí	271	393	0	0	5	670
Ceará	478	1.149	0	0	9	1.638
R. G. do Norte	283	389	0	0,4	3	676
Paraíba	358	509	0	0	3	871
Pernambuco	816	913	0	7	4	1.741
Alagoas	206	257	0	0	0	464
Sergipe	77	256	1	0	1	336
Bahia	1.030	1.623	0	0	25	2.678
NORDESTE	3.702	6.168	13	8	62	9.956
Minas Gerais	2.667	2.424	11	0	113	5.216
Espírito Santo	448	282	1	0	10	742
Rio de Janeiro	1.073	1.530	1.	536	152	5.002
São Paulo	5.209	2.728	94	1.447	1.144	10.625
SUDESTE	9.399	6.966	1.815	1.983	1.421	21.586
Paraná	1.708	1.127	6	30	12	2.884
Santa Catarina	825	838	4	2	6	1.677
R. G. do Sul	1.272	1.294	775	0	50	3.393
SUL	3.806	3.260	786	32	69	7.955
M. G. do Sul	258	237	5	0	4	505
Mato Grosso	188	203	0,8	0	0,8	394
Goiás	964	470	0,8	0	9	1.445
C. OESTE	1.411	910	7	0	15	2.344
BRASIL	19.059	17.965	2.623	2.039	1.589	43.278

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 1986, o partido concorreu em 19 dos 23 estados. Mais uma vez, não venceu em nenhum deles. Em contrapartida, o PT aumentou sua inserção junto ao eleitorado. Em termos percentuais, sua votação aumentou de 3,67%, em 1982, para 5,6%, em 1986. Vale ressaltar que, em 1986, mais legendas disputaram eleições para governos estaduais. Enquanto em 1982 apenas cinco legendas concorreram, em 1986 esse número aumentou para 17.

Outra boa notícia para o partido é que ele conseguiu superar a barreira dos 5% em seis Estados (Rondônia, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás).

TABELA 10 - Eleições para governador em 1986 – Votos recebidos pelo PT (1º turno)

<i>ESTADOS</i>	<i>Número de votos recebidos (mil)</i>	<i>% em relação ao número de eleitores</i>
Rondônia	17	6,0
Acre	2	2,3
Amazonas	15	3,2
Pará	57	5,3
NORTE	93	4,7
Maranhão	31	2,5
Piauí	22	2,6
Ceará	68	3,0
R. G. do Norte	5	0,6
Paraíba	18	1,5
Pernambuco	0	0
Alagoas	0	0
Sergipe	18	3,4
Bahia	0	0
NORDESTE	164	1,1
Minas Gerais	212	3,5
Espírito Santo	97	10,0
Rio de Janeiro	529	8,6
São Paulo	1.508	11,0
SUDESTE	2.347	8,7
Paraná	51	1,5
Santa Catarina	50	2,8
R. G. do Sul	256	6,1
SUL	358	3,8
M. G. do Sul	16	2,5
Mato Grosso	12	2,0
Goiás	135	7,8
CENTRO-OESTE	164	5,5
BRASIL	3.129	5,6

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 1990, pela primeira vez, o PT faz coligação nas eleições para governador de Estado. Dos 27 estados da federação, o PT concorreu com “chapa-pura” em apenas seis. Concorreu em outros 17 Estados, em coligação. Nos 4 restantes, apoiou outros candidatos. Do ponto de vista de resultado, mais uma vez o partido saiu das urnas frustrado. Nenhum dos seus candidatos ou aqueles que foram apoiados pelo partido foi eleito.

Entretanto, o partido manteve a tendência de crescimento junto ao eleitorado. Mais uma vez, o percentual de votos recebidos pelo partido em relação ao total do eleitorado brasileiro aumentou de 5,6% para 9,7%.

TABELA 11 - Eleições para governador em 1990 – Votos recebidos pelo PT (1º turno)

<i>ESTADOS</i>	<i>Número de votos recebidos (mil)</i>	<i>% em relação ao número de eleitores</i>
Rondônia	28	8,9
Acre	34	28,3
Amazonas	0	0
Roraima	1	1,9
Pará	0	
Amapá	27	30,3
Tocantins	118	37,3
NORTE	210	7,2
Maranhão	0	0
Piauí	53	5,7
Ceará	185	7,9
R. G. do Norte	103	11,0
Paraíba	45	3,9
Pernambuco	64	2,6
Alagoas	23	3,4
Sergipe	124	25,1
Bahia	112	3,5
NORDESTE	711	5,3
Minas Gerais	630	11,5
Espírito Santo	127	15,7
Rio de Janeiro	1.010	17,8
São Paulo	1.636	12,1
SUDESTE	3.403	13,4
Paraná	192	6,1
Santa Catarina	0	0
R. G. do Sul	412	10,2
SUL	605	6,7
M. G. do Sul	68	9,7
Mato Grosso	75	12,6
Goiás	88	5,6
Distrito Federal	133	20,3
C. OESTE	366	10,4
BRASIL	5.297	9,7

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 1994, dos 27 estados da federação, o PT concorreu para governador em 19 estados, sendo que em cinco deles sozinho e nos 14 restantes com candidato próprio mas em coligação. Em seis outros estados, o PT apoiou candidatos de outras legendas. Pela primeira vez na história do partido, o partido elegeu governadores de Estado. Venceu No Espírito Santo, com Vitor Buaiz, e no Distrito Federal, com Cristóvam Buarque. Além disso, foram eleitos três governadores com o apoio do Partido dos Trabalhadores: João Capiberibe (PSB), no Amapá; Miguel Arraes (PSB), em Pernambuco; e Dante de Oliveira (PDT), no Mato Grosso.

Mesmo assim, não foi uma vitória fácil. A disputa nos dois Estados conquistados pelo PT foi decidida em dois turnos. No Espírito Santo, Vitor Buaiz enfrentou o segundo colocado no primeiro turno, o candidato do PSD, Dejair Camata. No Distrito Federal, Buarque enfrentou Valmir Campelo, candidato do PTB.

Mais uma vez, o PT aumentou o número de votos conquistados de uma eleição para outra. Teve 6.732.468 votos, ou seja, 11,7% do eleitorado nacional, contra 5.297.786 (9,7%) dos votos obtidos em 1990.

TABELA 12 - Eleições para governador em 1994 – Votos recebidos pelo PT (1º turno)

<i>ESTADOS</i>	<i>Número de votos recebidos (mil)</i>	<i>% em relação ao número de eleitores</i>
Rondônia	32	8,7
Acre	41	24,7
Amazonas	49	7,6
Roraima	3	4,1
Pará	226	18,3
Amapá	0	0
Tocantins	12	3,5
NORTE	365	12,3
Maranhão	0	
Piauí	128	15,2
Ceará	75	3,1
R. G. do Norte	44	4,8
Paraíba	73	6,6
Pernambuco	0	0
Alagoas	0	0
Sergipe	0	0
Bahia	0	0
NORDESTE	322	2,4
Minas Gerais	585	9,8
Espírito Santo	495	46,6
Rio de Janeiro	660	10,7
São Paulo	2.085	14,9
SUDESTE	3.827	14,0
Paraná	159	4,2
Santa Catarina	0	0
R. G. do Sul	1.560	34,7
SUL	1.720	16,5
M. G. do Sul	73	10
Mato Grosso	0	0
Goiás	137	8,8
Distrito Federal	285	37,2
C. OESTE	496	13,3
BRASIL	6.732	11,7

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 1998, o PT concorreu em 16 dos 27 Estados da federação, e apoiou candidatos de outros partidos em nove. A novidade do pleito foi a Emenda Constitucional nº 16 que permitiu a reeleição de detentores de cargos eletivo no Executivo.

Uma das grandes derrotas do partido aconteceu no Distrito Federal. Cristóvam Buarque, candidato à reeleição, perdeu a disputa, em segundo turno, para Joaquim Roriz, candidato pelo PMDB.

Entretanto, o PT conseguiu vencer em três outros Estados. No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra derrotou o candidato do PMDB, Antônio Britto, no 2º turno, com 2.844.757 votos (50.8% do eleitorado estadual). Britto teve 2.757.401 (49,2%). O partido venceu, também no 2º turno, no Mato Grosso Sul, com o candidato José Orcírio Miranda, conhecido como Zeca do PT. Outra conquista da legenda foi no Acre, com Jorge Viana. Em termos de voto, o PT conseguiu, novamente, aumentar seu “market-share” no eleitorado nacional. Nas eleições para governador de 1994, o PT obteve 11,7% dos votos nacionais. Em 1998, esse percentual aumentou para 14,5%.

TABELA 13 - Eleições para governador em 1998 – Votos recebidos pelo PT (1º turno)

<i>ESTADOS</i>	<i>Número de votos recebidos (mil)</i>	<i>% em relação ao número de eleitores</i>
Rondônia	34	7,6
Acre	112	57,7
Amazonas	0	0
Roraima	1	1,2
Pará	0	0
Amapá	0	0
Tocantins	15	3,8
NORTE	164	4,2
Maranhão	97	6,4
Piauí	0	0
Ceará	347	13,9
R. G. do Norte	75	6,7
Paraíba	0	0
Pernambuco	0	0
Alagoas	0	0
Sergipe	0	0
Bahia	524	15,2
NORDESTE	1.045	7,0
Minas Gerais	1.122	16,1
Espírito Santo	0	0
Rio de Janeiro	0	0
São Paulo	3.738	22,5
SUDESTE	4.860	15,5
Paraná	0	0
Santa Catarina	386	15,9
R. G. do Sul	2.295	45,9
SUL	2.681	23,7
M. G. do Sul	263	32,8
Mato Grosso	64	7,4
Goiás	61	3,1
Distrito Federal	426	42,7
C. OESTE	815	17,6
BRASIL	9.567	14,5

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em 2002, o PT elegeu dois governadores em primeiro turno. Jorge Viana foi reeleito no Acre e Wellington Dias foi eleito pelo Piauí.

O partido ainda foi para o segundo turno em sete Estados: Pará, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. O PT saiu derrotado em todos eles, a exceção do Mato Grosso Sul, onde o eleito foi o candidato petista Zeca do PT.

TABELA 14 - Eleições para governador em 2002 – Votos recebidos pelo PT (1º turno)

<i>ESTADOS</i>	<i>Número de votos recebidos (mil)</i>	<i>% em relação ao número de eleitores</i>
Rondônia	0	0
Acre	165	63,6
Amazonas	62	5,8
Roraima	0	0
Pará	725	29,0
Amapá	59	25,3
Tocantins	17	3,2
NORTE	1.030	19,1
Maranhão	127	6,0
Piauí	688	51,0
Ceará	924	28,3
R. G. do Norte	147	11,2
Paraíba	200	12,6
Pernambuco	1.165	34,1
Alagoas	50	4,9
Sergipe	223	28,4
Bahia	2.057	38,5
NORDESTE	5.584	27,6
Minas Gerais	2.813	30,7
Espírito Santo	0	0
Rio de Janeiro	1.954	24,4
São Paulo	6.361	32,4
SUDESTE	11.129	29,1
Paraná	842	16,4
Santa Catarina	834	27,3
R. G. do Sul	2.196	37,3
SUL	3.872	27,5
M. G. do Sul	509	48,3
Mato Grosso	227	18,6
Goiás	385	15,2
Distrito Federal	495	40,9
C. OESTE	1.618	26,8
BRASIL	23.236	27,6

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

Em termos de votação, o desempenho do PT nas eleições de 2002 foi surpreendente. O partido superou todos os demais no número de votos recebidos para governador. O PT,

que em 1998 teve 10,4% dos votos nacionais (1º turno) para governador, chegou em 2002 com 27,6%. Aliás, o PT foi o único partido que, entre 1982 e 2002, manteve uma trajetória crescente, conforme pode ser visto na tabela que segue.

TABELA 15 - Eleições para governador – Votação total e percentual por eleição e partido nos pleitos de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002

Partido	1982		1986*		1990 (1º TURNO)		1994 (1º TURNO)		1998 (1º TURNO)		2002 (1º TURNO)	
	Votação (mil)	%	Votação (mil)	%	Votação (mil)	%	Votação (mil)	%	Votação (mil)	%	Votação (mil)	%
PMDB	19.059	44,0	29.287	52,5	12.112	22,2	10.091	17,5	15.112	22,9	10.825	12,9
PDS/PPR/PPB	17.965	41,5	4.757	8,5	8.858	16,2	3.186	5,5	9.567	14,5	6.311	7,5
PDT	2.623	6,1	4.303	7,7	6.739	12,4	8.995	15,6	7.258	11,0	3.985	4,7
PTB	2.039	4,7	3.921	7,0	1.023	1,9	604	1,0	479	0,7	1.480	1,8
PT	1.589	3,7	3.129	5,6	5.297	9,7	6.732	11,7	6.896	10,4	23.236	27,6
PFL	0	0	5.677	10,2	5.870	10,8	4.391	7,6	10.082	15,3	6.102	7,3
PSB	0	0	547	1,0	246	0,5	1.408	2,4	1.934	2,9	8.386	10,0
PH	0	0	339	0,6	0	0	0	0	0	0	0	0
PMB	0	0	241	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0
PASART	0	0	221	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0
PSC	0	0	81	0,1	1.741	3,2	222	0,4	141	0,2	32	0
PDC	0	0	614	1,1	701	1,3	0	0	0	0	0	0
PMC	0	0	18	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
PND	0	0	12	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
PCB/PPS	0	0	9	0,0	0	0	0	0	95	0,1	2.347	2,8
PL	0	0	2	4,6	304	0,6	215	0,4	0	0	94	0,1
PS	0	0	34	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0
PSDB	0	0	0	0	6.303	11,6	13.427	23,2	13.127	19,9	19.268	22,9
PRS	0	0	0	0	2.192	4,0	0	0	0	0	0	0
PRN/PTC	0	0	0	0	1.728	3,2	420	0,7	45	0,1	54	0,1
PST	0	0	0	0	391	0,7	0	0	11	0	0	0
PTR/PP	0	0	0	0	386	0,7	5.130	8,9	0	0	0	0
PCDOB	0	0	0	0	308	0,6	0	0	0	0	0	0
PMN	0	0	0	0	117	0,2	983	1,7	44	0,1	0	0
PRP	0	0	0	0	63	0,1	0	0	51	0,1	3	0
PSD	0	0	0	0	48	0,1	1.304	2,3	322	0,5	3	0
PLH	0	0	0	0	45	0,1	0	0	0	0	0	0
PRONA	0	0	0	0	16	0	486	0,8	405	0,6	58	0,1
PSL	0	0	0	0	12	0	0	0	16	0	84	0,1
PTDOB	0	0	0	0	4	0	0	0	11	0	0	0
PSTU	0	0	0	0	0	0	160	0,3	254	0,4	157	0,2
PV	0	0	0	0	0	0	20	0,0	70	0,1	80	0,1
PSDC	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	2	0
PSN	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	0	0
PCO	0	0	0	0	0	0	0	0	231	0	31	0,0
PRTB	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	499	0,6
PGT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	728	0,9
PTN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	209	0,2
PAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	0,1
TOTAL	43.278	100,0	55.768	100,0	54	100,0	57.782	100,0	66.011	100,0	84.040	100

Fonte: Iuperj in <http://jairnicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

*Dados não disponíveis para Paraíba e Espírito Santo

4.1.3 Eleições Municipais: 1982 a 2004

Em 1982, o PT administrava apenas duas prefeituras no Brasil. O partido conseguiu aumentar, em termos percentuais, de 0,1% dos municípios administrados em 1982 para 7,3% nas últimas eleições municipais em 2002. O PMDB, desde 1982, é o partido com maior número de prefeituras administradas. Entretanto tem perdido espaço para outras legendas. Em 1982, o percentual de prefeituras sob o comando do PMDB representava 34,9% do total. Em 2002, pela primeira vez, esse percentual ficou abaixo dos 20%. O PT é único partido que, desde 1982, aumentou o número de prefeituras administradas.

TABELA 16 - Eleições de 1982, 1985, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004
Número de Prefeitos Eleitos por Partido

Partido	1982		1985		1988		1992		1996		2000		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PMDB	1.377	34,9	127	63,2	1.606	37,5	1.605	33,7	1.295	24,1	1.257	22,6	1.059	19,0
PFL	0	0	25	12,4	1.058	24,7	965	20,3	934	17,4	1.028	18,5	790	14,2
PDS/PPR/PPB	2.533	64,3	22	10,9	446	10,4	363	7,6	625	11,6	618	11,1	550	9,8
PDT	22	0,6	13	6,5	192	4,5	377	7,9	436	8,1	288	5,2	307	5,5
PTB	7	0,2	12	6,0	332	7,7	303	6,4	382	7,1	398	7,2	423	7,6
PSDB	0	0,0	0	0	18	0,4	317	6,7	921	17,1	990	17,8	870	15,6
PT	2	0,1	1	0,5	38	0,9	54	1,1	110	2,0	187	3,4	410	7,3
PL	0	0	0	0	239	5,6	165	3,5	222	4,1	234	4,2	383	6,8
PDC	0	0	0	0	232	5,4	211	4,4	0	0	0	0	0	0
PSB	0	0	1	0,5	37	0,9	48	1,0	150	2,8	133	2,4	175	3,1
PJ/PRN	0	0	0	0	3	0,1	98	2,1	0	0	3	0,1	0	0
PSC	0	0	0	0	26	0,6	50	1,0	49	0,9	33	0,6	26	0,4
PTR	0	0	0	0	8	0,2	48	1,0	0	0	0	0	0	0
PCB/PPS	0	0	0	0	1	0	1	0,0	33	0,6	166	3,0	305	5,4
PSD	0	0	0	0	2	0	35	0,7	116	2,2	111	2,0	0	0
PMB	0	0	0	0	49	1,1	0	0	0	0	0	0	0	0
PST	0	0	0	0	0	0	122	2,6	9	0,2	16	0,3	0	0
PRP	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0,6	16	0,3	37	0,6
PMN	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0,6	14	0,3	31	0,5
PV	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0,2	13	0,2	57	1,0
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0,2	26	0,5	24	0,4
PTdoB	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0,1	6	0,1	23	0,41
PSDC	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,0	8	0,1	13	0,2
PRTB	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,0	4	0,1	12	0,2
PSN	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,0	0	0	0	0
PRONA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0	0	0	7	0,1
PTN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0	2	0,0	5	0,0
PHS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,1	26	0,4
PAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0	1	0,0
PCdoB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0	10	0,1
PTC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0,2
TOTAL	3.941	100,0	201	100,0	4.287	100,0	4.762	100,0	5.378	100,0	5.559	100,0	5.560	100

Fonte: Iuperj in <http://jairicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> e TSE in www.tse.gov.br (2006)

Segundo Ressalta FLEISCHER (2004)

Os resultados das eleições municipais de outubro de 2000 de uma certa maneira foram um prenúncio da reviravolta partidária nas eleições gerais de 2002. Na comparação entre os pleitos de 1996 e 2000, a chamada “esquerda” elegeu 790 prefeitos contra 741 em 1996. Nas 26 capitais, aumentou o seu cacife de 8 para 12, inclusive em São Paulo, com a vitória de Marta Suplicy (PT). Porém, nas 62 “grandes cidades” (com mais de 200 mil eleitores), o desempenho da esquerda foi ainda melhor – conquistou 30 prefeituras, 17 das quais pelo PT. Os partidos considerados “esquerda” aumentaram os votos recebidos em 39,5% em relação a 1996, e o PT cresceu 51,24%.

4.1.4 Congresso Nacional

De acordo com Rogério Schmitt (2000) citado por Singer (2001), logo no primeiro pleito, ocorrido em 1982, o PT conseguiu apresentar-se em 23 das 25 unidades da federação, ao passo que, dos outros dois novos partidos, o PDT restringiu-se a 13 e o PTB a dez unidades. Entretanto, o desempenho do partido não foi bom. O PT não elegeu nenhum senador e conquistou apenas 8 das 479 vagas na Câmara dos Deputados. O fraco desempenho do partido pode ser explicado pelo fato de ter sido fundado há pouco tempo e, portanto, o partido ainda não havia construído sólidas bases eleitorais. De acordo com Singer (2002):

Estudos realizados nas democracias ocidentais revelam que a construção de bases eleitorais é um trabalho lento, porque implica em estabelecer relações de confiança entre o partido e o eleitor. Uma vez forjados tais vínculos, eles adquirem permanência e se dissolvem somente quando o partido ou o seu eleitorado mudam de postura, o que ocorre em ciclos de longa duração.

E Singer (2002), reforça:

O PT, em 1982, era um agrupamento desconhecido para a esmagadora maioria dos votantes. Com quase nenhum acúmulo prévio, exceto a adesão de pouquíssimos políticos profissionais e a herança de alguns fragmentos da descontínua inserção eleitoral do PCB, o PT seria obrigado a *construir* vínculos com o eleitorado. A história do PT nos primeiros 20 anos de existência é a história do enraizamento do partido no solo eleitoral.

Outro fator citado como responsável pelo fraco desempenho do PT nas eleições de 1982 foi a propaganda eleitoral. De acordo com Singer (2002), a propaganda centrada sobre lemas do tipo “Trabalhador Vota em Trabalhador” e “Vote no Três que o Resto é Burguês” afastou a classe média e os eleitores menos politizados.

Em 1984, por conta das Diretas Já, o partido tem uma rara oportunidade de aliar luta de massa ao embate institucional (Singer, 2002).

Com a aura da liderança nos comícios de 1984 e o uso de uma linguagem descontraída, diferente da utilizada em 1982, na busca de ampliar o eleitorado, a escolha de prefeitos das capitais em 1985 marca o início do crescimento eleitoral do PT nas metrópoles, processo vagaroso que se estende até o ano 2000, quando passa a ser o partido que governa o maior número de capitais. (SINGER, 2002)

Em 1986, A receita de campanha é reaplicada com êxito no ano seguinte e o partido logra eleger 16 deputados federais. (SINGER, 2002)

Em 1990, mais que dobrou o número de deputados na Câmara Federal. Conseguiu 35 cadeiras, o que representava 7% do total da Casa.

Em 1994, primeira eleição após o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, o PT esperava um crescimento maior de sua bancada. Apesar de ter conseguido aumentar o número de representantes na Câmara dos Deputados, o crescimento ficou aquém das expectativas. O partido elegeu 49 deputados federais. Sempre numa trajetória ascendente, o PT, em 1998, conseguiu eleger 58 deputados federais, o que representava 11,3%.

Nas últimas eleições de 2002, o PT elegeu a maior bancada da Câmara Federal: 91 deputados federais.

TABELA 17 - Eleições de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002
Total e Percentual de Cadeiras Obtidas pelos Partidos

Partidos	1982		1986		1990		1994		1998		2002	
	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%
PDS/PPR/(P TR-PP)PPB	235	49,1	33	6,8	42	8,3	52	10,1	60	11,7	49	9,6
PMDB	200	41,8	260	53,4	108	21,5	107	20,9	83	16,2	74	14,4
PDT	23	4,8	24	4,9	46	9,1	34	6,6	25	4,9	21	4,1
PTB	13	2,7	17	3,5	38	7,6	31	6,0	31	6,0	26	5,1
PT	8	1,7	16	3,3	35	7,0	49	9,6	58	11,3	91	17,7
PFL	0	0	118	24,2	83	16,5	89	17,3	105	20,5	84	16,4
PL	0	0	6	1,2	16	3,2	13	2,5	12	2,3	26	5,1
PCB/PPS	0	0	3	0,6	3	0,6	2	0,4	3	0,6	15	2,9
PDC	0	0	5	1,0	22	4,4	0	0	0	0	0	0
PCdoB	0	0	3	0,6	5	1,0	10	1,9	7	1,4	12	2,3
PSB	0	0	1	0,2	11	2,2	15	2,9	19	3,7	22	4,3
PSC	0	0	1	0,2	6	1,2	3	0,6	2	0,4	1	0,2
PRN	0	0	0	0	40	8,0	1	0,2	0	0	0	0
PSDB	0	0	0	0	38	7,6	62	12,1	99	19,3	71	13,8
PRS	0	0	0	0	4	0,8	0	0	0	0	0	0
PTR/PP	0	0	0	0	2	0,4	36	7,0	0	0	0	0
PST	0	0	0	0	2	0,4	0	0	1	0,2	3	0,6
PMN	0	0	0	0	1	0,2	4	0,8	2	0,4	1	0,2
PSD	0	0	0	0	1	0,2	3	0,6	3	0,6	4	0,8
PV	0	0	0	0	0	0	1	0,2	1	0,2	5	1,0
PRP	0	0	0	0	0	0	1	0,2	0	0	0	0
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2	1	0,2
PRONA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2	6	1,2
PSDC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,2
TOTAL	479	100	487	100	503	100	513	100	513	100	513	100

Fonte: Iuperj in <http://jaironicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm> (2006)

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES

5.1. Resultados da Pesquisa

Para apresentar os resultados da pesquisa, foi utilizado como guia o questionário estruturado. Os dados e informações obtidos por meio da pesquisa semi-estruturada, bibliográfica, em jornais e revistas, documental e de observação na Câmara dos Deputados foram utilizados para complementar ou ilustrar os resultados da entrevista estruturada.

A primeira pergunta feita aos deputados foi se o PT tem adotado estratégias voltadas para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados. Dos 42 deputados entrevistados, 45,2% disseram que sim, 50% disseram que não e 4,8% não souberam ou não responderam.

Pergunta 1	
Na sua opinião, o PT tem adotado estratégia voltada para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados?	
	%
Sim	45,2
Não	50,0
Não sabem / não responderam	4,8

Em termos regionais, a maioria das Regiões Norte (80%) e Sul (54,5%) disse que o PT tem adotado estratégias para aumentar sua representação na Câmara. Já a maioria das Regiões Nordeste (75%), Centro-Oeste (66,7%) e Sudeste (52,6%) disse que não.

Enquanto os homens se mostraram completamente divididos - 47,1% disseram que sim e 47,1% disseram que não – a maioria das mulheres (62,5%) disse que o PT não tem adotado estratégias para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados. O restante – 37,5% - disse que sim.

Não foi possível, contudo, identificar as razões que levaram a resultados diferentes entre os entrevistados das Regiões Norte e Sul e das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, bem como os resultados diferenciados entre homens e mulheres.

Na pesquisa semi-estruturada, realizada com quatro representantes da Executiva Nacional do PT, todos responderam que o partido tem adotado estratégias específicas para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados.

Na segunda pergunta do questionário estruturado aplicado aos deputados, respondida apenas por aqueles que responderam “sim” na pergunta anterior, foi solicitado que os parlamentares apontassem até três estratégias que o PT tem adotado para aumentar a representação da legenda na Câmara Federal.

Ao todo, foram mencionadas 19, dentre as quais seis foram as mais citadas. A principal estratégia listada pelos deputados (52,7%) foi a escolha de candidatos com lideranças expressivas e conhecidos em todo o Estado. Por terem votações expressivas, além de conseguirem se eleger, eles acabam “puxando” outros candidatos por conta do cálculo do quociente eleitoral. Com o objetivo de beneficiar o partido como um todo, a direção do PT dá tratamento diferenciado a estes candidatos. Candidatos chamados “bons de votos” têm tempo de TV maior dos que os que não são considerados como tais, por exemplo. Em 1998, a Folha de São Paulo publicou matéria sobre o assunto sob o título “Diferença nos tempos dos candidatos causa crise no PT”⁵.

A segunda mais citada (21,1%) foi a capitalização de conquistas de governos, sejam eles estaduais ou municipais. Ou seja, os candidatos a deputado federal buscam fazer relação da sua candidatura com boas notícias de gestão de prefeitos e governadores.

Outras quatro estratégias foram mencionadas por 15,8% dos entrevistados. A primeira delas refere-se à ligação e relacionamento com movimentos sociais. A maioria de

⁵ Matéria de 20/08/98 da jornalista Patrícia Andrade onde ela dizia que a decisão da Executiva Estadual do PT do Rio de Janeiro de dar mais espaço na televisão para alguns candidatos a deputado federal considerados bons de voto abriu uma crise no partido.

deputados federais petistas tem origem ou estreita relação com movimentos sociais, como, por exemplo, sindicatos. Estes, por sua vez, acabam trabalhando a favor do partido ou de um candidato específico⁶.

Outra estratégia mencionada foi a de ligar as campanhas de deputados com a de Lula, claramente o maior “puxador” de votos do PT. Esta estratégia também foi citada pelos entrevistados na pesquisa semi-estruturada. De fato, se observarmos desde 1989 até as eleições de 2002, veremos que tanto a votação de Lula quanto os votos obtidos pelo PT para a Câmara dos Deputados cresceram mais ou menos na mesma proporção (Tabela 17).

TABELA 18. Variação dos votos de Lula nas eleições presidenciais e pelo PT na eleição para deputado federal

Ano	Votos para o Lula	Votos para o PT	Variação Lula %	Variação PT %
1989/1990	11.619.816	4.128.052	-	-
1994	17.112.255	5.959.854	47,26	44,37
1998	21.470.333	8.786.528	25,46	47,43
2002	39.436.099	16.093.987	83,67	83,16

Dados tratados pelo autor

A terceira estratégia que também foi citada por 15,8% dos entrevistados foi a de responder aos ataques dos adversários. Ou seja, não deixar acusações sem respostas. Esta estratégia tem relação com a segunda mais citada (capitalizar as conquistas de governo). Afinal de contas, se um candidato tenta mostrar aproximação com determinado governante (seja prefeito ou governador), para tirar algum tipo de vantagem, poderá ter que responder por eventuais críticas ou denúncias envolvendo a gestão citada.

Por fim, a última estratégia também citada por 15,8% dos entrevistados foi a modernização e adequação dos programas propostos pelo partido. Esta “modernização” foi fruto, principalmente, de três fatores. Em primeiro lugar, a necessidade de mudança no discurso das esquerdas após o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim.

⁶ De acordo com matéria do jornalista Gustavo Grieger (22/05/94), para a Folha de São Paulo, o MST se mobilizou para direcionar 1 milhão de votos a Lula. Em troca, o Movimento iria apresentar um programa de reforma agrária radical ao candidato do PT. A reportagem também citava que o movimento pretendia eleger deputados em Santa Catarina, Paraná, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A reportagem também citava que os sem-terra tinha uma bancada de 8 deputados federais, todos do PT.

Segundo, a tentativa do Partido dos Trabalhadores de aumentar seu potencial de voto no País junto à classe média com um discurso menos revolucionário. E, por fim, a decisão de flexibilizar sua política de alianças. Para atrair novos aliados, o PT tinha que adequar seu discurso ao dos novos aliados.

Em 1997, em artigo publicado pela Folha de São Paulo, André Singer dizia que Lula sabia que o crescimento do PT a longo prazo dependia não das idas e vindas da economia, mas da conquista de bases regionais, de experiências e êxitos administrativos. Por isso, insistia em que uma nova candidatura sua dependeria de o partido dispor-se a fazer alianças nos Estados. Isso significava, dentre outras coisas, modernizar seu discurso e adequá-lo aos seus futuros potenciais aliados. Por isso, Singer já previa um caminho árduo para o PT. Implicaria, segundo ele, aceitar, na qualidade de aliado, políticos comprometidos com esquemas de poder que o PT nasceu para contestar.

Pergunta 2	
O senhor pode citar até três estratégias que o PT tem adotado?	
	%
Escolha de candidatos regionais e lideranças expressivas	52,7
Capitalizar as conquistas de governo	21,1
Ligação com movimentos sociais	15,8
Ligar as campanhas de deputados com a de Lula	15,8
Responder aos ataques de adversários	15,8
Programa de governo que siga os avanços atuais	15,8
Retornando os trabalhos de base	10,5
Crescimento da preferência do PT	10,5
Reconhecimento de erros	10,5
Mostrar que seu projeto não foi atingido	10,5
Mostrar as ações da bancada	10,5
Compromisso da bancada com as ações do Governo	10,5
Compromisso ético com a verdade	10,5
Lançar o número de candidatos permitido por lei	10,5
Alianças com projetos de mudanças	5,3
Realização de seminários	5,3
Republicanizar o Estado brasileiro	5,3
Apoio dos prefeitos	5,3
Fortalecer a legenda	5,3

Na pesquisa semi-estruturada, também foram citadas algumas estratégias, umas relacionadas com o trabalho dos próprios deputados federais e outras relacionadas às campanhas.

Com relação à bancada dos deputados na Câmara, foi mencionada a rotatividade no cargo da liderança do PT. Isto acontece quando o partido quer dar alguma projeção a um determinado deputado ou região a qual o líder indicado pertence.

Também foi citado o “Manual do Deputado Petista”. Todo início de legislatura, a bancada do partido recebe este manual, que já está na quarta edição, que contém regras detalhadas do processo legislativo, além de aspectos administrativos dos gabinetes dos deputados. Segundo descrito na apresentação do último manual, ele funciona como um mapa dos caminhos do Congresso Nacional, onde o deputado e sua assessoria encontrarão descrições práticas e úteis sobre a estrutura e o funcionamento do Congresso, da Câmara, da Liderança do PT e do gabinete parlamentar.

A forma como a bancada do PT se estrutura na Câmara dos Deputados também foi citada como uma estratégia. Ela é dividida em núcleos temáticos e cada uma delas tem um coordenador. Atualmente existem 13 núcleos⁷. Esta forma de organização contribui para formação e a especialização do parlamentar.

Esta atenção com o parlamentar e a forma de organização do partido na Câmara tem trazido benefícios concretos para o PT. Desde 1996, por exemplo, o partido é a legenda com maior número de representantes no estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar sobre os parlamentares mais influentes no Congresso Nacional: Os Cabeças do Congresso Nacional⁸ (Tabela 18). De certa forma, isto acaba sendo utilizado pelo partido durante o processo eleitoral.

⁷ Os núcleos são: Agrário; Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano; Direitos Humanos; Educação; Finanças e Tributação; Infra-Estrutura; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Segurança Pública; Seguridade Social e Família; Trabalho e; Transportes.

⁸ Os “Cabeças do Congresso Nacional” são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pela capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade e, principalmente,

TABELA 19. Os Cabeças do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados

Partido	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PMDB	16	19	15	15	12	7	7	6	7	8	6	7	8
PFL	13	13	10	11	10	14	12	9	11	13	13	13	9
PP¹	12 ² 12 ²	7 ³ 1 ³	9	9	10	6	4	6	7	4	4	6	2
PSDB	10	15	9	10	11	14	15	14	13	9	8	8	10
PT	9	11	16	17	17	16	17	17	18	18	18	18	16
PDT	5	2	2	4	3	4	4	4	6	2	2	1	3
PPS	3	2	2	2	3	1	2	3	2	1	2	1	2
PTB	2	3	3	3	2	3	1	3	2	7	7	4	5
PSB	2	1	2	2	2	2	3	4	4	5	5	5	6
PcdoB	2	2	3	4	4	5	5	5	5	4	4	4	5
PL	1					2	2	3	2	4	2	4	3
PV		1				1							1
PSOL													1
Total	76	77	72	77	74	75	72	74	77	75	71	71	71

Fonte: Diap (2006)

1 – Resultado da fusão do PPR e do PP resultou no PPB. Depois, o nome do partido passou a ser PP.

2 – Em 1994, o PPR e o PP tinham 12 deputados na elite, cada

3 – Em 1995, o PPR tinha 7 e o PP, 1.

Com relação às campanhas, o PT realiza cursos de formação política para os seus candidatos. Além de uniformizar o discurso do partido, é uma oportunidade para discutir e debater estratégias de campanha, bem como estabelecer regras de conduta que os candidatos devem adotar durante a eleição. Nestes cursos, são também definidos slogans comuns para todos os candidatos, não apenas para os majoritários, mas também para os proporcionais. É uma forma de o partido ter unidade de discurso.

Para disseminar a mensagem do partido por todo o país, também foi citada a estratégia de lançar candidatos na maior parte do país, mesmo que este candidato não tenha chances de vitória.

A profissionalização do PT também foi citada na pesquisa semi-estruturada como uma das estratégias do partido. Em 2005, o PT comemorava que chegava aos seus 25 anos de vida com um bom nível de organização. Havia atingido a marca de 840.108 filiados de carteirinha, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Filiados. Além disso, o PT

facilidade de conceber idéias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão.

estava organizado em 5.352 municípios brasileiros, equivalente a 96% do território nacional⁹.

Sobre a organização do partido, a Revista *Época* de 30 de agosto de 2004 publicou matéria dos jornalistas Ricardo Mendonça e Walter Nunes sob o título: “Uma empresa chamada PT”. A reportagem dizia que para ter longa vida no poder, o partido do presidente Lula adota métodos da iniciativa privada: investe em alta tecnologia, traça metas, contrata executivos e faz campanha segmentada.

Nesta mesma reportagem, Silvio Pereira, então secretário geral do PT, disse aos jornalistas da *Revista Época* que nos primeiros vinte anos, as maiores preocupações dos militantes tinham caráter teórico. Nesse período, discutia-se se o partido deveria ser reformista ou revolucionário, tático ou estratégico, de massas ou de quadros, entre outras coisas. Os problemas práticos de organização só tiveram atenção depois que foram resolvidos os problemas teóricos.

Neste sentido, 1999 é considerado o divisor de águas, em razão da aprovação das eleições diretas internas para todos os cargos da direção partidária. Antes, a escolha era feita por algumas dezenas de delegados, hoje qualquer filiado do PT pode votar diretamente para escolher quem será o presidente e os diretores do partido. Foi justamente a realização das eleições diretas que levou à revolução gerencial.

Sob a liderança de José Dirceu, então presidente do partido, a primeira providência foi recadastrar todos os militantes. Até então acreditava-se que o partido tinha 800 mil filiados. No primeiro momento, o total de filiados caiu para 200 mil. Feita a depuração, o PT realizou a primeira eleição direta interna, em 2001, e deu início a uma campanha de filiação que já cadastrou 400 mil petistas. Hoje, a principal vantagem competitiva do PT em

⁹ Matéria dos jornalistas Ricardo Mendonça e Walter Nunes, publicada na Revista *Época* de 30 de agosto de 2004, para dar uma dimensão da organização do PT, compara o número de diretórios totais do partido (5.532) com o número de agências do Banco do Brasil (3.640), de pontos-de-venda do McDonald's (1.276) e de Supermercados do Grupo Pão de Açúcar (557).

relação aos demais partidos é esta: o PT sabe exatamente onde moram e o que fazem seus cerca de 840 mil filiados.

O processo de eleição interna significou, segundo apontou a pesquisa semi-estruturada, maior valorização da base. Como resultado, a participação voluntária da militância nas eleições e a contribuição de recursos para o partido por parte dos filiados também aumentaram e foram fundamentais para o crescimento e modernização do PT.

Reportagem da Revista Época (15/12/03) trouxe quadro com a evolução da arrecadação do PT de 1997 a 2003 (Tabela 20) e a origem dos recursos do partido (Tabela 21). A maior parte dos recursos (47,7%) vem da contribuição dos filiados.

TABELA 20 - Evolução da receita das quatro principais legendas do país (em R\$ milhões)

Partido	1997 – metade do 1º mandato de FHC	2000 – metade do 2º mandato de FHC	2003 – 1º ano de governo Lula
PMDB	20,1	19,5	17,7
PT	17,3	24,3	83
PSDB	15,4	29	20,3
PFL	13,8	22,3	17,7

Fonte: Revista Época

TABELA 21 - A origem dos recursos do PT (%)

Origem	%
Dízimo pago pelos demais filiados	47,7
Fundo Partidário	27,6
Dízimo pago por políticos e funcionários no governo	18,1
Doações e venda de materiais do partido	6,6

Fonte: Revista Época

Na terceira pergunta do questionário estruturado, foi solicitado que o deputado citasse até três fatores responsáveis diretos pela sua eleição para a Câmara dos Deputados. Foram citados 29 itens no total.

Aquele com maior citação foi a consolidação de sua base política e social (52,4%), ou seja, a ligação do parlamentar com determinada região geográfica ou com determinado movimento social. Não por acaso, 27 dos 49 deputados eleitos em 1994 pelo PT eram

representantes de categorias específicas de sindicatos¹⁰. Em 1998, este número aumentou para 37¹¹. Em 2002 chegou a 48¹².

A estrutura do PT (militância partidária e o próprio PT) ficou em segundo lugar e foi citada por 33,4% dos entrevistados. Aqui fica nítida a importância da estrutura organizacional do partido para a eleição dos deputados. Daí a preocupação do PT em modernizar-se e investir no aumento de sua militância.

A consolidação do trabalho como político foi citada por 26,2% dos entrevistados como uma das razões mais importantes da sua eleição como deputado federal. A militância sindical ficou em quarto lugar, com 19% das citações.

¹⁰ Havia 5 médicos, 4 professores, 4 jornalistas, 4 bancários, 5 operários, 1 trabalhador rural, 1 técnico industrial, 1 petroquímico, 1 petroleiro e 1 ferroviário.

¹¹ Havia 7 médicos, 11 professores, 4 jornalistas, 5 metalúrgicos, 3 bancários, 3 trabalhadores rurais, 1 técnico industrial, 1 técnico em telecomunicações, 1 ferroviário e 1 rodoviário.

¹² Havia 10 engenheiros, 20 professores, 2 servidores públicos, 6 bancários, 6 metalúrgicos, 1 técnico em telecomunicações, 1 líder comunitário, 1 petroleiro e 1 técnico químico.

Pergunta 3

Quais as três principais razões que o senhor considera que foram responsáveis diretas pela sua eleição para a Câmara dos Deputados?

	%
Consolidação de sua base política e social	52,4
Militância partidária e o próprio PT	33,4
Consolidação do trabalho como político	26,2
Militância sindical	19,0
Resultado do trabalho como prefeito(a)	09,5
Planejamento	07,1
Possibilidade da eleição de Lula	07,1
Representação da agricultura familiar	07,1
Ações na Educação e na Cultura	04,8
Ética na política	04,8
Desejo de mudança da sociedade	04,8
Movimentos populares	04,8
Equipe	02,4
Fiscalização dos atos do Executivo	02,4
Resultado do trabalho como Deputado Estadual	02,4
Representação política	02,4
Prestígio de apoiadores	02,4
Desgoverno da agricultura familiar	02,4
Honestidade	02,4
Ampliação do trabalho	02,4
A onda vermelha	02,4
Atuação na prefeitura	02,4
O fato de ser mulher	02,4
Trajetória como promotor	02,4
Prestação de contas dos trabalhos realizados	02,4
Reforma Agrária	02,4
Exposição na Mídia	02,4
Coerência	02,4

Na pergunta 4, os deputados responderam como a estrutura do PT contribuiu para sua eleição. Estrutura partidária aqui é entendida como apoio logístico, financeiro e material que o partido disponibilizar para seus candidatos. A maioria (64,3%) respondeu que de forma significativa e 9,5% disse que foi decisiva. Para 26,2% a estrutura do PT foi

irrelevante. Significativo é entendido como importante, mas não imprescindível. Já decisivo significa que, sem a estrutura do partido, o parlamentar não teria sido eleito.

Pergunta 4	
Como o(a) sr(a) considera que a estrutura organizacional do PT contribuiu para a sua eleição?	
	%
Decisivamente	09,5%
Significativamente	63,3%
De forma irrelevante	26,2%

Na pergunta 5 foi solicitado que o deputado apontasse os aspectos mais importantes que contribuíram para a sua eleição na Câmara dos Deputados. Para a maioria deles (69%) a militância partidária foi o fator mais importante. A interação com a sociedade civil foi apontada como o segundo aspecto mais importante, com 40,5% dos votos. A militância de grupos (sindicatos, por exemplo), ficou em terceiro com 38,1%. Base regional consolidada (reduto eleitoral) foi apontada por 26,2% dos entrevistados. Ter uma imagem positiva na imprensa foi mencionada por 23,8% dos entrevistados. O financiamento de sua própria campanha ficou em último, com apenas 2,4%.

No critério regional, a militância foi considerada a mais importante nas regiões Norte (80%), Sudeste (78,19%) e Sul (72,7%). Para a região Norte, o aspecto mais importante foi a interação com a sociedade civil e para o Centro-Oeste a militância de grupos.

Pergunta 5	
Qual ou quais desses aspectos do ponto de vista da estrutura partidária do PT contribuíram para a sua eleição?	
	%
Militância Partidária	69,0
Interação com a sociedade civil	40,5
Militância de grupos (sindicatos por exemplo)	38,1
Base regional consolidada (reduto eleitoral)	26,2
Imagem na imprensa	23,8
Financiamento	2,4

Na pergunta número 6 o parlamentar deveria responder sobre o critério de escolha dos candidatos do PT a deputado federal. Foram apontados seis critérios, a saber:

- Escolha de candidatos com imagem popular forte
- Escolha de candidatos com apoio em sindicatos de trabalhadores
- Escolha de candidatos com apoio de igrejas
- Escolha de candidatos com tradição na militância partidária
- Escolha de candidatos mediante pesquisas de intenção de voto
- Escolha de candidatos com recursos próprios para a campanha

Para cada uma das opções, ele deveria responder se ele considera esse processo correto, parcialmente correto ou incorreto.

Para 61,9% dos entrevistados, é correto a escolha de candidatos com imagem popular forte. Já 28,6% considera parcialmente correto e 4,8%, incorreto. Não responderam, 4,8%. Quanto à escolha de candidato com apoio em sindicato dos trabalhadores, 59,5% avalia como correto contra 4,8% que considera incorreto e 31% que acha parcialmente correto. Não responderam, 7,1%.

Já o critério de escolha com base no apoio de igrejas dividiu bastante: 26,2% consideram correto, 47,6%, parcialmente correto e 19% incorreto. Não responderam, 7,1%.

O critério de tradição na militância partidária foi o que obteve o maior apoio. Para 76,2% a escolha de candidatos com tradição na militância partidária é o mais correto e para 16,7% é parcialmente correto.

A escolha de candidatos com base em pesquisas de intenção de voto foi considerada correta por 21,4%. Para 40,5%, é parcialmente correto e incorreto para 28,6%. Não responderam, 9,5%.

Por fim, com relação ao critério de escolha de candidatos com recursos próprios para a campanha, 7,1% consideraram correta e 19% parcialmente correta. Mas a grande maioria, 61,9%, consideraram incorreta. Não responderam, 11,9%.

Na pergunta número 6, os parlamentares apontaram variáveis extra-partidárias que possam ter contribuído para o aumento de deputados do PT na Câmara dos Deputados na eleição de 1994. Em primeiro lugar, com 14,3%, ficou o apoio de movimentos sociais. Em segundo lugar, com 11,9%, a organização partidária. O fato de o partido está na oposição e o apoio da militância foi citado teve 9,5%, cada. Vale destacar aqui que a eleição do presidente Lula, citada como o grande responsável pelo crescimento do PT, sequer foi mencionado entre os cinco primeiros itens mais citados pelos deputados.

Embora tenha sido solicitado que os deputados mencionassem variáveis exógenas, vale ressaltar que, dentre as quatro primeiras mais citadas, apenas a primeira – apoio dos movimentos sociais – pode ser considerada de fato exógena. As outras três mais citadas – organização partidária, o fato de o partido ser oposição e a militância – são, na verdade, variáveis endógenas.

Pergunta 6	
O (a) sr(a) pode citar variáveis extra-partidárias (sociais, econômicas, internacionais) que podem ter contribuído para que o número de deputados do PT aumentasse sistematicamente em 1994?	
	%
Apoio dos movimentos sociais	14,3
Organização partidária	11,9
O fato de o partido ser oposição	9,5
Militância	9,5
Fracasso do modelo neoliberal	7,1
Crescimento do partido	4,8
Credibilidade	4,8
Disputa presidencial de 1989	2,4
Arrocho salarial	2,4
Expectativa de mudanças	2,4
Ética	2,4
Não souberam	40,5

Na pergunta 7, foi pedido que os parlamentares fizessem o mesmo para o ano de 1998. Em primeiro lugar apareceu a consolidação do partido, com 16,7%. O fortalecimento da militância partidária foi mencionado por 11,9%, assim como o apoio dos movimentos sociais. Mais uma vez, a candidatura de Lula não foi citada pelos entrevistados.

Mais uma vez vale destacar que a única variável exógena dentre as três mais citadas está a terceira – apoio dos movimentos sociais. As duas primeiras são consideradas variáveis endógenas por terem relação direta com o partido.

Pergunta 7	
O (a) sr(a) pode citar variáveis extra-partidárias (sociais, econômicas, internacionais) que podem ter contribuído para que o número de deputados do PT aumentasse sistematicamente em 1998?	
	%
Consolidação do partido	16,7
Fortalecimento da militância	11,9
Apoio dos movimentos sociais	11,9
Boa imagem do PT na sociedade	7,1
Atuação do PT como oposição	7,1
Propostas de mudanças sociais	4,8
Combate ao processo de privatização de FHC	2,4
Coerência partidária	2,4
Trabalho da bancada	2,4
Não souberam	45,2

Na pergunta 8, os entrevistados mencionaram aspectos extra-partidários que podem ter ajudado no crescimento da bancada em 2002. O fator mais importante mencionado por 28,6% dos entrevistados foi a eleição do presidente Lula. Em segundo lugar foi mencionada a militância social. A eleição de Lula pode ser considerado como um fator endógeno ao PT, já que o partido trabalhou a favor de sua eleição. Já o apoio da militância social pode ser considerado um fator exógeno por não fazer parte direta da estrutura do PT.

Pergunta 8

O (a) sr(a) pode citar variáveis extra-partidárias (sociais, econômicas, internacionais) que podem ter contribuído para que o número de deputados do PT aumentasse sistematicamente em 2002?

	%
Eleição de Lula	28,6
Militância social	19
Campanha de renovação	7,1
Cansaço da política neoliberal	7,1
Perfil dos candidatos	4,8
Base mais ampla (prefeituras e vereadores)	4,8
Expectativa de mudanças	4,8
Símbolo de oposição a FHC	4,8
Fortalecimento da militância	2,4
Resultado eleitoral acumulado	2,4
Personalização da campanha	2,4
Credibilidade	2,4
Acúmulo de lutas do partido	2,4
Organização do partido	2,4
Não souberam	28,6

Por fim, por conta de todo o desgaste com denúncias de corrupção, foi solicitado que o parlamentar apontasse, na pergunta 9, que estratégias o PT adotou ou pretende adotar para minimizar os efeitos negativos sobre a legenda nas eleições de outubro próximo.

Em primeiro lugar, com 16,7% cada, foram apontadas três estratégias. A primeira delas foi a punição dos responsáveis pelos problemas que o partido enfrentou. Mostrar as realizações do governo Lula e a divulgação do programas sociais do governo¹³ também

¹³ A Liderança do PT na Câmara lançou no dia 12/7/06 o livro "Governo Lula: a construção de um Brasil melhor - a verdade dos números". A publicação traz um balanço das principais realizações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O livro foi elaborado pelas assessorias técnica e de comunicação da bancada, durante quatro meses de trabalho. São 114 páginas com informações sobre a gestão Lula e comparações com os dois mandatos do governo anterior. O livro é dividido em 21 áreas temáticas (Economia; Geração de Emprego e Renda; Reestruturação do Serviço Público; Política Externa; Agronegócio; Agricultura Familiar e Reforma Agrária; Pesca; Petrobras; Segurança Pública e Combate à Corrupção; Educação; Ciência e Tecnologia; Saúde; Assistência Social; Cidadania e Inclusão; Previdência Social; Esporte e Lazer; Juventude; Infra-estrutura; Habitação e Urbanismo; Meio Ambiente e Saneamento Ambiental; e Cultura).

ficaram entre as mais citadas. Em segundo lugar, com 14,3% das respostas, mostrar que o PT ainda é um partido em construção.

Pergunta 9	
Finalmente, gostaria que o(a) sr(a) apontasse, face aos problemas que o PT enfrentou nos últimos meses, que novas estratégias o partido adotou ou pretende adotar para minimizar os efeitos negativos sobre a legenda nas eleições de outubro próximo?	
	%
Punir os responsáveis	16,7
Apresentar os resultados obtidos no governo Lula	16,7
Divulgação dos programas sociais do Governo	16,7
Demonstrar que o PT não é um partido formado	14,3
Manter a sinceridade	11,9
Voltar para os movimentos sociais	9,5
Avaliação dos erros e dos acertos	9,5
Tentar falar a verdade na mídia	9,5
Continuar com a militância	7,1
Debate político com a sociedade	4,8
Comparar o Governo Lula com o Governo FHC	4,8
Lançar candidatos em todos dos municípios	2,4
Fazer campanha mais simples	2,4
Renovação da diretoria	2,4
Contra ataque	2,4
Políticas de alianças	2,4
Romper com práticas burocráticas	2,4
Retornar às bases	2,4
Desmascarar a forma como é colocado o Governo	2,4
Reconhecer os erros	2,4
Não responderam	19

No 13º Encontro Nacional do PT, realizado em maio deste ano, foi aprovada Resolução na qual o partido, dentre outras coisas, definiu metas e sua política de alianças. Trata-se da formalização da estratégia do partido para as eleições deste ano. De acordo com o texto aprovado, o partido dizia que, mais do que reeleger Lula, era necessário criar as condições políticas, institucionais e sociais que permitissem realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para tanto, o partido estabeleceu como meta eleger mais senadores,

deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. Aprovaram, ainda, aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com o governo e com o presidente Lula. Sobre a política de alianças, o partido rejeitou alianças apenas com o PSDB e com o PFL, seus principais adversários.

5.2. Considerações Finais

A hipótese central do trabalho é que o crescimento do PT na Câmara dos Deputados deveu-se, em parte, a estratégias desenvolvidas pelo partido especialmente para este fim.

Como modelo teórico foi utilizada a Teoria Contingencial de Administração. De acordo com ela, nenhuma organização, independente de sua natureza, sobrevive sem objetivos, metas. Para atingir seus objetivos, as organizações precisam desenvolver e aplicar estratégias ou um conjunto de ações administrativas especialmente desenvolvidas para este propósito. Estas estratégias, para serem eficientes, dentre outras coisas, precisam levar em consideração o ambiente externo, ou seja, a conjuntura política, econômica, social e internacional no qual ela está inserida.

Para testar a hipótese, como descrito no Capítulo 1 (Tópico 1.4, Metodologia), foram realizados dois tipos de entrevista. Entrevista estruturada, com deputados federais do PT, e entrevista semi-estruturada, com quatro membros-chave da estrutura organizacional do partido. Complementarmente, foram feitas pesquisas bibliográficas, em jornais e revistas no período de 1995 a 2006, análise de documentos do PT e observação na Câmara dos Deputados sobre o funcionamento da bancada do PT.

Parte expressiva da bancada do PT na Câmara dos Deputados (45,2%) afirmou que o partido tem adotado estratégias para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados. O mesmo foi confirmado nas quatro entrevistas semi-estruturadas com membros da estrutura organizacional do partido.

Portanto, a hipótese deste trabalho pode ser considerada como verdadeira, embora alguns parlamentares desconheçam tais estratégias.

De forma geral, estas estratégias estão relacionadas com valorização da militância partidária, estreitamento dos laços com movimentos sociais, unificação e adequação do discurso às mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, modernização da administração gerencial do partido como organização, valorização e aperfeiçoamento do trabalho realizado pela bancada do partido na Câmara dos Deputados, dentre outras.

Porém, a pesquisa mostrou que 52,4% dos parlamentares não atribuem o maior peso de sua eleição às estratégias do partido, e sim a consolidação de sua base política e social. O aspecto da militância e o próprio PT foi citado por 33,4% dos entrevistados.

De qualquer forma, foi possível verificar que as estratégias adotadas pelo PT foram muito positivas para o partido do ponto de vista de resultado eleitoral. Não é à toa que o partido conseguiu aumentar seu espaço em todas as esferas eleitorais (municipais, executivas e legislativas). Porém, ao que tudo indica, não houve mesma atenção com alguns aspectos de gestão partidária, especialmente no que se refere à gestão financeira e exercício do poder.

Em junho de 2005, o Partido dos Trabalhadores viveu a maior crise da história desde a sua fundação. O partido foi acusado de usar caixa 2 na eleição de 2002 e de comprar votos de parlamentares em projetos de lei de interesse do Poder Executivo. O escândalo ficou conhecido como “Crise do Mensalão”.

O desgaste sofrido pelo partido ao longo dos últimos meses deixou marcas profundas, não apenas na direção do partido, mas também na sua militância e no eleitor. Apesar disso, a resposta do Congresso Nacional ao episódio foi considerada tímida. Apenas 3 dos 18 deputados envolvidos, foram cassados: Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu

(PR-SP) e Pedro Corrêa (PP). Outros 11 foram absolvidos e 4 renunciaram para preservar seus direitos políticos¹⁴.

Não por acaso, pela primeira vez na história do PT, a expectativa é que haja redução da representação do partido na Câmara dos Deputados. Mais do que em anos anteriores, o PT precisará pensar em estratégias que evitem prejuízos eleitorais no cenário de curto e médio prazo. Algumas delas foram citadas na entrevista com deputados.

TABELA 22 - Previsão das bancadas na Câmara dos Deputados na eleição de outubro de 2006

Partidos	Bancada Eleita (2002)	Bancada atual*	Diap (Intervalo Previsto)	Arko Advice (Intervalo Previsto)	David Fleischer (Intervalo Previsto)
PMDB	75	79	80 a 95	90 a 110	90 a 95
PT	91	81	60 a 75	55 a 70	45 a 50
PFL	84	66	75 a 90	65 a 0	80 a 85
PSDB	70	56	70 a 85	65 a 80	70 a 75
PTB	26	43	25 a 30		
PP	49	49	35 a 40		
PL	26	37	20 a 25		
PSB	22	28	30 a 40		
PDT	21	21	25 a 35		
PPS	15	15	20 a 25		
PC do B	12	12	14 a 16		

Fonte: Correio Brazileinse, 15/06/06, Pág.: 4.

* As informações da bancada atual foram atualizadas com informações do site da Câmara disponíveis em 06/08/06.

O partido, além das estratégias mencionadas, aposta também na popularidade do presidente Lula para continuar com uma boa representação na Câmara dos Deputados. De acordo com última pesquisa Datafolha (agosto 2006), o presidente Lula poderia ser reeleito ainda no primeiro turno com 55% dos votos válidos.

As demais legendas também estão neste ano preocupadas com a eleição de deputado federal, especialmente os partidos médios e pequenos. Isto por conta de dispositivo inserido na Lei dos Partidos Políticos (Nº 9.096/95), conhecido como cláusula de barreira ou de

¹⁴ Absolvidos: Romeu Queiroz (PL-GO), Professor Luizinho (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT), Wanderval Santos (PL-SP), João Magno (PT-MG), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA), Vadão Gomes (PP-SP), Sandro Mabel (PL-GO), Roberto Brant (PFL-MG). Renunciaram: Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA).

desempenho¹⁵. Por esta razão, estes partidos estão de lançando candidatos que sejam bons de voto. Isto revela claramente o caráter personalista dos partidos políticos no país.

Vale dizer que, de 1994 até as eleições de 2002, apenas cinco legendas conseguiram atingir a cláusula de barreira, conforme tabela abaixo.

TABELA 23 – Partidos e cláusula de barreira

Partido	2002		1998		1994	
	% de votos nacionais	Estados com votação superior ou igual a 2%	% de votos nacionais	Estados com votação superior ou igual a 2%	% de votos nacionais	Estados com votação superior ou igual a 2%
PT	18,4	27	13,2	27	13,1	26
PSDB	14,3	23	17,5	27	14	24
PFL	13,4	26	17,3	27	12,8	25
PMDB	13,4	26	15,2	26	20,3	27
PP*	7,8	26	11,3	26	6,8** 9,2***	22** 21***
PSB	5,3	14	3,4	11	2,1	7
PDT	5,1	20	5,7	19	7,1	21
PTB	4,6	18	5,7	16	5,2	16

Dados tratados pelo autor

* *O partido é resultado da fusão do PPR com o PP.*

** *Referente ao PPR*

*** *Referente ao PP.*

De tempos em tempos se fala na necessidade de uma reforma política no país com o objetivo de fortalecer os partidos políticos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de nossa representação política. Na atual legislatura (2002-2006) não foi diferente.

As duas principais propostas de reforma política com este propósito estão sob análise da Câmara dos Deputados. Elas trazem profundas mudanças na legislação eleitoral e partidária:

a) Projeto de Lei nº 2.679/03 – aguarda votação no plenário da Câmara, seguindo após para apreciação no Senado; e

¹⁵ De acordo com a cláusula de barreira, o partido que não obtiver 5% dos votos nacionais e 2% dos votos em 1/3 dos Estados, não terá direito a funcionamento parlamentar e sofrerá perda significativa dos recursos do fundo partidário e do tempo de propaganda partidária.

b) Projeto de Lei nº 1.712/03 - aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, seguindo depois para o plenário da Câmara e, por último, para votação no Senado.

A seguir, veja os principais pontos dos dois projetos mencionados.

5.2.1. Projeto de Lei 2.679/03

Este projeto de lei dispõe sobre coligações, cláusula de barreira, federação de partidos, lista fechada, financiamento público de campanha.

a) Fim das coligações nas eleições proporcionais: o projeto proíbe coligações nas eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores). A possibilidade de coligação fica limitada à eleição majoritária (presidente, governador e prefeito).

b) Cláusula de barreira ou de desempenho: a lei partidária (Lei nº 9.096 de 1995) instituiu, com vigência a partir de 2006, uma cláusula de barreira muito elevada, que exige dos partidos, como condição para que tivesse funcionamento parlamentar (leia-se liderança partidária, acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral público e gratuito) o atingimento de 5% do eleitorado nacional, sendo pelo menos 2% em nove unidades da federação. O projeto de lei reduz essa exigência, permitindo que partido ou federação que alcançar 2% do eleitorado nacional e eleger pelo menos um deputado federal em cinco Estados tenha direito ao funcionamento parlamentar.

c) Federações partidárias: como compensação ao fim das coligações nas eleições proporcionais e à adoção da cláusula de barreira, o projeto permite que duas ou mais agremiações partidárias se unam para disputar eleições. Poderão constituir federação partidária e terão direito ao funcionamento parlamentar os partidos (dois ou mais) que, na última eleição para a Câmara dos Deputados, tenham obtido apoio de, no mínimo, 2% dos votos válidos apurados nacionalmente, distribuídos em, no mínimo, 1/3 dos estados e elegendo pelo menos 1 representante em 5 desses estados. São os seguintes requisitos: a) só

poderão integrar a federação os partidos com registro definitivo no TSE; b) os partidos que constituírem federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, três anos; c) nenhuma federação poderá ser constituída nos quatro meses anteriores à eleição.

d) Listas fechadas e pré-ordenadas: o projeto institui o sistema de lista fechada e bloqueada para as eleições proporcionais. De acordo com o projeto, em lugar de votar no candidato, o eleitor passa a votar no partido ou na federação partidária, em lista fechada e pré-ordenada pelos partidos. O partido ou federação elegerá, na ordem previamente estabelecida, tantos candidatos quantas vezes atingir o quociente eleitoral, que corresponde à divisão entre o número de votantes e o número de vagas existente em cada Estado.

Cada partido ou federação poderá registrar candidatos em listas preordenadas para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais até 150% do número de lugares a preencher. De acordo com o projeto, a ordem de precedência dos candidatos na lista partidária corresponderá à ordem decrescente dos votos por eles obtidos na Convenção (10 a 30 de junho do ano eleitoral). O estabelecimento da ordem de precedência dos candidatos na lista de federação partidária obedecerá ao disposto no respectivo estatuto.

e) Financiamento público de campanhas: o projeto institui o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e proíbe que candidatos, partidos, coligações e federações recebam, direta ou indiretamente, doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, inclusive publicidade de qualquer espécie, para financiamento de campanhas eleitorais. A pena para o partido ou federação que descumprir a lei, além do crime de abuso de poder econômico, será a perda do direito ao recebimento de recursos do Fundo Partidário. As pessoas físicas que fizerem doação para campanha eleitoral serão multadas em valor equivalente de 5 a 10 vezes a quantia doada e as empresas ou pessoas jurídicas, além de multa, serão proibidas de participar de licitações públicas e celebrar contratos com o Poder Público.

Os recursos para o financiamento público das campanhas eleitorais sairão do orçamento da União. Em ano eleitoral, a lei orçamentária incluirá dotação destinada ao financiamento de campanhas eleitorais, em valor equivalente ao número de eleitores do país multiplicado por R\$ 7,00, tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior ao da lei orçamentária. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) distribuirá os recursos da seguinte forma: a) 1% dividido igualmente entre todos os partidos registrados; b) 14% divididos igualmente entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados e; c) 85% divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição para a Câmara dos Deputados.

5.2.2. Projeto de Lei nº 1.712/03

Este projeto trata da fidelidade partidária, domicílio eleitoral e horário eleitoral gratuito.

a) Fidelidade partidária: o projeto amplia, a partir de 2007, o prazo de filiação partidária, como condição para concorrer a pleito eleitoral em razão de mudança de partido, de um para dois anos.

b) Domicílio eleitoral: para concorrer às eleições, o projeto determina que o candidato tenha domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito.

c) Horário gratuito: a proposta estabelece que o número de representantes de cada partido na Câmara, para efeito de horário gratuito de televisão e rádio, será aquele obtido na última eleição geral.

Recentemente, o presidente Lula, reconhecendo a dificuldade de se aprovar uma reforma política ampla no país, defendeu uma Assembléia Constituinte específica para

tratar do assunto. A idéia dividiu a opinião de juristas, cientistas políticos e especialistas em legislação eleitoral.

Porém, ao que tudo indica, seja quem for o próximo presidente da República, este deverá ser um tema a ser tratado na próxima Legislatura (2007-2010). A aprovação de uma reforma política colocará os partidos políticos diante de uma nova situação, o que exigirá deles novas estratégias para que possam obter resultados positivos em termos de representação política e conquista de poder.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, J. C. B. *The Catholic Church and election: a study of thought on the moral obligation of voting*. Ph.D. Dissertation – Georgetown University. Washington, DC, 1968.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. 2v.

BENDIX, R. *Work and authority in industry*. California: University of California Press, 1974.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. NICOLA, Mattereducci. PASQUINO, Gianfranco. [et al.]. *Dicionário de política*. 5ª ed. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva; as duas almas dos partido comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARVALHO, Maria Izabel V. de; SAMPAIO, Úrsula. *Partido Político, movimentos sociais e grupos políticos: o caso do PT-DF*. Texto apresentado no GT12 (Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral) do Encontro da Anpocs realizado em Caxambu, out. 1996.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. “Organização e Estudos Organizacionais” IN: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1992, pp. 61-98.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*. In DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago, 1991.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da Ciência*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DULCI, O.S. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.

DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

FARIA, José Carlos. *Administração: Teorias e aplicações*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

FLEISCHER, D.V. “O Bipartidarismo (1966-1979)”, IN: Fleischer (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 183-202.

_____. *Brazilian Political Parties and Party System, 1945-1997*. Tese de pós-doutorado, 1998.

FLEISCHER, D.V. *As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)*. Revista Opinião Pública, Vol. VIII, nº 1, Campinas, CESOP/UNICAMP, pp.80-105.

_____. “Os Partidos Políticos,” IN: Avelar & Cintra (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: Uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2004, pp. 249-283.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

HAMPTON, David R. *Administração Contemporânea*. São Paulo: McGraw-Hill, 1992.

HAWLEY, Amos. *Human Ecology*. In *International Encyclopedia of the Social Sciences*, ed. David L. Sills. New York: Macmillan, 1968.

KECK, Margareth Elizabeth. *PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Editora Alfa-Omega, 6ª ed. São Paulo, 1993.

LIDERANÇA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Governo Lula: a construção de um Brasil melhor – a verdade dos números*. 2006

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *Partidos e Governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

PLANT, G. *Hegel*. Londres: Allen and Unwin, 1973.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, v. 40, nº 3, p. 493-535, 1997.

SARTORI, G. *Partidos Políticos e Sistemas Partidários*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SEILER, Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. Tradução de Renata Maia Parreira Cordeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha explica).

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

SOARES, G. A. D. “A formação dos partidos Nacionais”, IN: Fleischer (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 7-24.

_____. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

_____. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e Política; as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, M. C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930 a 1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

STEVENSON, William J. *Estatística Aplicada à Administração*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

STORING, H. “The science of administration” IN STORING, H (Org). Essays on the scientific study of politics. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1969.

REED, Michael. “Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado” IN: CLEEG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1992, pp. 61-98.

TRINDADE, H. H. *O integralismo (O facismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difel, 1974.

WOLIN, S. *Politics na vision*. Londres: Allen and Unwin, 1961.

ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Athos Pereira da Silva, ex-diretor da Executiva Nacional do PT

José Genoino, ex-presidente do PT

Luiz Dulci, ex-secretário geral do PT e secretário geral da Presidência da República

Ricardo Berzoini, deputado federal e presidente do PT

ANEXO I

Questionário Aplicado aos Deputados Federais da Bancada do PT Maio de 2006

1. Na sua opinião, o PT tem adotado estratégia voltada para aumentar sua representação na Câmara dos Deputados?

A(RS)

1. Sim – prossiga
2. Não – faça pergunta 3
3. NS/NR – faça pergunta 3

2. (APENAS PARA QUEM RESPONDEU SIM NA PERGUNTA 1) O(a) sr(a) pode citar até três estratégias que o PT tem adotado? (ATENÇÃO: EXPLORAR ATÉ TRÊS ESTRATÉGIAS)

B(RM)

3. Também, na sua opinião, quais as três principais razões foram responsáveis diretas pela sua eleição para a Câmara dos Deputados? (ATENÇÃO: EXPLORAR ATÉ TRÊS RAZÕES)

C(RM)

4. Como o(a) sr(a) considera que a estrutura organizacional do PT contribuiu para a sua eleição?

D(RS)

1. Decisivamente
2. Significativamente
3. De forma irrelevante
4. De forma desprezível
5. Não contribuiu
6. NS/NR

5. (PARA QUEM RESPONDEU 1,2,3,OU 4 NA PERGUNTA ANTERIOR) Na sua opinião, qual ou quais desses aspectos do ponto de vista da estrutura partidária do PT contribuíram para a sua eleição?

E(RS)

1. Militância
2. Interação com a sociedade civil
3. Militância de grupos (sindicatos, por exemplo)
4. Imagem na imprensa
5. Financiamento
6. Base regional consolidada (reduto eleitoral)
7. NS/NR

6. (APENAS PARA QUEM CITOU MAIS DE UM ASPECTO NA PERGUNTA ANTERIOR) Qual desses aspectos o(a) sr(a) considera mais importante como contribuição para a sua eleição, e em segundo lugar, e?

1. Mais importante
2. Indiferente
3. Menos importante
4. NS/NR

F(RS) () Militância

G(RS) () Interação com a sociedade civil

H(RS) () Militância de grupos (sindicatos, por exemplo)

I(RS) () Imagem na imprensa

J(RS) () Financiamento

K(RS) () Base regional consolidada (reduto eleitoral)

7. Considerando o processo de escolha de candidatos a deputados federais pelo PT, como o(a) sr(a) avaliaria as afirmativas em termos de:

1. Correta
2. Em termos
3. Incorreta
4. NS/NR

L(RS) () Escolha de candidatos com imagem popular forte

M(RS)() Escolha de candidatos com apoio em sindicatos de trabalhadores

N(RS) () Escolha de candidatos com apoio de igrejas

O(RS) () Escolha de candidatos com tradição na militância partidária

P(RS) () Escolha de candidatos mediante pesquisas de intenção de voto

Q(RS) () Escolha de candidatos com recursos próprios para a campanha

8. O(a) sr(a) pode citar até três variáveis extra-partidárias (sociais, econômicas, internacionais) que podem, de alguma forma, ter contribuído para que o número de deputados do PT aumentasse sistematicamente:

R(RS) em 1994?

S(RS) em 1998?

T(RS) em 2002?

9. Finalmente, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse, face aos problemas que o PT enfrentou nos últimos meses, que novas estratégias o partido adotou ou pretende adotar para minimizar os efeitos negativos sobre a legenda nas eleições de outubro próximo?

U(RM)

V(RS) Região: _____ **X(RS)** Sexo: 1. Masc. 2. Fem. **Y(RS)**Número de Mandatos: _____

ANEXO I

Questionário Aplicado aos Deputados Federais da Bancada do PT Maio de 2006

**TABELA 24 - Perfil da amostra – Deputados Federais do PT
que responderam o questionário estruturado**

Deputado	Estado	Número de mandatos
Adão Pretto	RS	4
Ana Guerra	MG	1
Angela Guadagnin	SP	2
Anselmo	RO	1
Antônio Carlos Biffi	MS	1
Antonio Carlos Biscaia	RJ	2
Assis Miguel do Couto	PR	1
Carlito Merss	SC	2
Carlos Santana	RJ	4
César Medeiros	MG	1
Colombo	PR	1
Devanir Ribeiro	SP	1
Dr. Rosinha	PR	2
Dra. Clair	PR	1
Eduardo Valverde	RO	1
Gilmar Machado	MG	2
Guilherme Menezes	BA	1
Hélio Esteves	AP	1
Henrique Afonso	AC	2
João Paulo Cunha	SP	3
Jorge Boeira	SC	1
José Eduardo Cardozo	SP	1
Leonardo Monteiro	MG	1
Luci Choinacki	SC	3
Luciano Zica	SP	3
Luiz Bassuma	BA	1
Luiz Sérgio	RJ	2
Maria do Carmo Lara	MG	2
Neyde Aparecida	GO	1
Odaír Cunha	MG	1
Paulo Pimenta	RS	1
Paulo Rubem Santiago	PE	1
Professor Luizinho	SP	2
Reginaldo Lopes	MG	1
Selma Schons	PR	1
Simplício Mário	PI	1
Tarcísio Zimmermann	RS	2
Vadinho Baião	MG	1
Vander Loubet	MS	1
Vicentinho	SP	1
Virgílio Guimarães	MG	3
Zé Geraldo	PA	1